

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS,  
REALIZADA NO DIA QUINZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE-----

----- **ATA NÚMERO ONZE**-----

----- (Mandato 2013-2017) -----

---- Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, reuniu no Auditório do Lisboa Ginásio Clube, na Rua dos Anjos número 63, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires, coadjuvada pelo Primeiro Secretário, Vítor Manuel da Cruz Carvalho, e pela Segunda Secretária, Maria Alexandra Rebelo Amaro Neuparth, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

---- Ponto 1 – Intervenção do público;-----

---- Ponto 2 – Período de Antes da Ordem do Dia;-----

---- Ponto 3 – Leitura, discussão e votação da ata nº 10 da sessão anterior;-----

---- Ponto 4 – Eleição de novo vogal para a Junta de Freguesia;-----

---- Ponto 5 - Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº2 do art.º 9º, da Lei nº 75/2013;-----

---- Ponto 6 – Análise, discussão e votação do Plano de Atividades para 2016;-----

---- Ponto 7 – Análise, discussão e votação do Orçamento para 2016;-----

---- Ponto 8 – Análise, discussão e votação do Regulamento do Orçamento Participativo 2015;-----

---- Ponto 9 – Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2016;-----

---- Ponto 10 – Análise, discussão e votação dos Protocolos de Cooperação;-----

---- Ponto 11 – Análise, discussão e votação de Donativos à Junta;-----

---- Ponto 12 – Análise, discussão e votação do Cartão de Crédito;-----

---- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros:-----

---- **Do Partido Socialista (PS):** – Pedro Manuel Dias Louro, Carlos Henrique Pinto Caixinha de Marques dos Santos, Joana D’Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, Maria Adélia Pinto Caixinha, Joaquim Ramos Costa e António José Serzedelo da Silva Marques.-----

---- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Nuno Miguel Valentim de Sousa Vitoriano, João Mário Amaral Mourato Grave, Damião Martins de Castro, Maria Manuel de Figueiredo Barroso Baía Afonso e Luís Filipe da Costa Vieira da Silva.-----

---- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra.-----

---- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP):** - Júlio Prata da Purificação Sequeira.-----

---- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias.-----

---- **Do Pessoas-Animais-Natureza (PAN)** – Ana Cristina Pocinho Coutinho Antunes.-----

---- Faltaram à sessão os seguintes Membros:-----

---- Joana Linda Domingos de Castro Correia, que justificou a sua ausência e foi substituída por António José Serzedelo da Silva Marques.-----

---- Ana Luísa Cerveira de Mira Feio, que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria Adélia Pinto Caixinha;-----

---- Maria João Castanheira Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por Luís Filipe da Costa Vieira da Silva;-----

----- Às vinte horas e quinze minutos, constatada a existência de *quórum*, **A Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **Ponto 1 – Intervenção do Público:** -----

----- **Freguês Luís António de Sousa Carvalho** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Primeiro lamentar a ausência dos moradores e depois não se podem queixar, porque uma Freguesia tão grande quanto a nossa não ter sequer 50 pessoas, quero registar que é lamentável para nós, é lamentável para vocês e é lamentável possivelmente mais tarde porque não podemos criticar uns e outros de uma forma civilizada e democrática. -----

----- Senhora Presidente, agradecia que tomasse algumas notas que penso que são pertinentes, mas penso que também são muito importantes num futuro próximo. -----

----- Possivelmente já está farta de ouvir falar no lixo na nossa Freguesia. A minha opinião pessoal é que desde que as Juntas de Freguesia todas sem exceção, tomaram em si a responsabilidade de recolha de lixo, a Cidade de Lisboa infelizmente está bem pior. Não vale a pena aqui discutir porquê, todos nós sabemos os motivos.-----

----- Particularmente, eu moro aqui no Largo de Santa Bárbara. Se bem que seja uma pessoa que se deita muito tarde, é aborrecido, porque como sabem, na nossa Freguesia não vive assim gente tão nova quanto isso, eu não consigo perceber porque vim de uma Freguesia também já hoje grande e não percebo duas coisas: meia-noite e um quarto passa uma recolha, cerca da uma e meia passa outra, três e um quarto passa outra e quando dá jeito às quatro e vinte passa outra.-----

----- Eu não percebo que recolha de lixo é esta e depois é o barulho que fazem. Eu não queria ir muito longe, não queria usar, porque não tenho documentos nesse sentido, poderei ter um dia gravações, a linguagem que às quatro ou cinco da manhã, que é horrível em qualquer sítio, que os senhores funcionários empregam a belo prazer. Depois é o barulho que fazem, descendo escadas com os caixotes, depois é ao contrário.

----- Se me perguntarem se me incomoda, a mim rigorosamente nada porque me deito muito tarde, mas possivelmente incomoda outras pessoas que deveriam estar aqui e não estão, eu também não as represento e, portanto, estou à vontade para o dizer. -----

----- Ponto dois e também muito importante, não sei se é da vossa área, mas eu penso que todos aqueles que têm estabelecimentos abertos a partir da meia-noite e estou a falar de estrangeiros, não deveriam vender bebidas alcoólicas mas se a Lei permite pelo menos que vendam em latas, por vários motivos. Depois de pessoas beberem vários litros, não é muito conveniente as garrafas estarem na rua ao outro dia, porque há crianças e pessoas de uma certa idade a passar. Também aí vocês deviam passar a mensagem para alguém fiscalizar um pouco mais essas casas que vendem bebidas alcoólicas até muito tarde. -----

----- Ponto três, aconteceu há breves 45 minutos um acidente que penso que não grave aqui na rua. Eu penso que é altura da nossa Freguesia pensar muito seriamente numa equipa séria, uma equipa de voluntários como já têm algumas Freguesias de Lisboa, uma equipa de proteção civil. Faz todo o sentido, mais que nunca, porque estamos numa Freguesia extremamente idosa, com pessoas realmente negligentes. Não têm culpa, mas são. -----

----- Depois um comércio perfeitamente atípico, porque nós vivemos numa Junta de Freguesia atípica. Os estrangeiros que aí vivem e trabalham não se apercebem que há regras, que uma bilha num sítio impróprio e um tubo de gás têm um prazo de validade. É tão simples quanto isto, é só retirar. -----

----- Há prédios a cair, há uma série de coisas que essa equipa de proteção civil pode minimizar. Um trabalho pedagógico, um trabalho sério, um trabalho que é perfeitamente exequível numa Freguesia que merece ter uma equipa de proteção civil. -----

----- Depois, gostava também de dizer que as esplanadas que vieram em boa hora para a Cidade de Lisboa, porque Lisboa merece esplanadas, ninguém diz que está no inverno, nós estamos praticamente no inverno com 19 ou 20 graus. São bem vindas as esplanadas, mas atenção, têm que ser cumpridas as regras e os senhores podem fazer cumprir regras, os passeios, porque há pessoas de muita idade e que andam mal, de mobilidade reduzida e que têm muita dificuldade por vezes em passar pelo meio da esplanada e isto pode ser evitado. Não logo multar, eu sou contra logo a penalização, sou muito mais pela pedagogia. Civilizadamente nós podemos fazer entender os nossos comerciantes que realmente podem continuar a fazer negócio, mas tirar uma mesa e duas cadeiras faz muito jeito para muita gente que sofre de algumas perturbações quotidianas.

----- Finalmente, não sei se é da vossa área ou se não é, mas já repararam que todos os dias, todos sem exceção, há paquistaneses e não só a verem de uma forma fria o que é que está para alugar na Rua de Arroios, na Rua dos Anjos? A abrir todos os dias casas.

----- Eu vou-vos contar um caso em trinta segundos. No outro dia entrei numa casa e perguntei: há quanto tempo estás aqui? – “Há seis meses”. Abriu uma casa, nós sabemos bem que a casa não é dele. Espantosamente, eu expliquei-lhe que o vinho branco não era para ser servido ao natural. Ele ficou a olhar para mim. “- De onde é que saiu este tipo? O vinho branco é para ser servido frio e tem que se dar assim um certo jeito?”-----

----- Reparem, estão a abrir na nossa Freguesia coisas todos os dias e nós temos que ser mais sérios, a Junta, a própria autarquia tem que ser mais séria e ser sério é dizer isto. Numa rua em que já há trinta comércios, é nepaleses, é paquistaneses, é chineses. Eu acho que é mau para todos. -----

----- Se cada um dos senhores quiser fazer um pequenino exercício, simples, experimentem montar uma casa exatamente igual à deles e vender o que eles vendem exatamente. Tentem tirar ao fim do mês um ordenado e têm que vender a mesma coisa, os galos de Barcelos, as coisinhas das Caldas, os postais. Vocês têm que vender exatamente o que eles vendem e ao fim do mês nenhum dos meus amigos consegue tirar um ordenado. -----

----- Olhem para mim e não me acham com cara de xenófobo, não acham com cara de racista, eu estou a ser muito racional e pragmático. Atenção, já chega para a nossa Freguesia tanto comércio de pessoas que nem falam a nossa Língua. Nós estamos em risco de qualquer dia, quando ouvirmos falar Português, olhamos para trás porque há um tipo a falar Português, porque eles nem falam Português. Isto está mal.-----

----- Meus senhores, eu acho que são capazes de fazer melhor, esta Freguesia merece melhor e estou convencido que possivelmente da próxima vez tenho que dar os parabéns às pessoas que conseguiram interiorizar algumas coisas que eu disse.-----

----- Muito obrigado. Boa noite.”-----

----- **Freguês Francisco Maria Cardoso Veloso** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu julgo que não se deve vir só a uma reunião destas para protestar. Eu venho cá para manifestar a minha satisfação como morador da Praça Olegário Mariano pela intervenção do Executivo da Junta de Freguesia, eu julgo que também a intervenção pessoal da Senhora Presidente, porque recordo-me que na reunião que tivemos aqui com o Senhor Presidente da Câmara, que informou que o estacionamento ao abrigo da EMEL ia ser aplicado apenas na Rua Francisco Sanches e na ocasião a Senhora Presidente pediu que essa decisão fosse extensiva às ruas Cavaleiro de Oliveira e Francisco Sanches e Praça Olegário Mariano. -----

----- É com regozijo que eu verifico que ao cabo de uma ou duas semanas da intervenção da EMEL na zona, a zona está desimpedida. Foi extremamente benéfico para os moradores, naturalmente. Penso que será melhor para o comércio da zona, visto que aquela área era um parque de estacionamento a céu aberto. Portanto, desejo manifestar a minha satisfação. -----

----- Queria só aproveitar para lembrar à Senhora Presidente que nessa minha intervenção na reunião com a Câmara Municipal de Lisboa também chamei a atenção que no topo da Praça Olegário Mariano, eu chamo topo àquela área que está junto do painel de fundo da Praça Olegário Mariano, na parte central, que havia muito estacionamento selvagem e que colocavam os carros voltados para a entrada dos prédios, criando naturalmente uma situação grave quanto a insegurança dos moradores.

----- Dado que o estacionamento pago só se verifica, salvo erro, entre as nove e as dezanove horas dos dias de semana e também não se verifica ao fim-de-semana, eu lembrava à Senhora Presidente, que na altura disse que ia estudar o assunto, a vantagem que haveria de arranjar ali uma solução com uns pilaretes ou aquilo que fosse tecnicamente viável no sentido de, durante a noite e ao fim-de-semana, se evitar esse tipo de estacionamento selvagem de topo. -----

----- Não sei em que ponto é que ficou o estudo, mas era um apelo que eu fazia sobre essa matéria. -----

----- Tenho ainda outro assunto para referir e é do conhecimento público, provavelmente ou quase de certeza que não é da área da competência da Junta de Freguesia mas poderá certamente enquadrar-se no âmbito da influência que pode ter o Executivo da Junta junto da Câmara Municipal. Este aspeto tem a ver com a situação a que nos forçou o Governo anterior com a redução no Metropolitano de Lisboa, na linha verde, com a redução de cinco carruagens para três. -----

----- Eu julgo que se calhar os responsáveis pela rede do metropolitano não circulam na linha verde, nas horas de ponta e em especial no início da manhã, e não sabem que quer na Baixa, quer já na Avenida Almirante Reis, há inúmeros estabelecimentos hoteleiros frequentados por turistas, o que determina que a linha verde especialmente no início da manhã esteja atafalhada de malas e as pessoas que utilizam a linha verde vêm-se e desejam-se para conseguir transitar na linha verde. -----

----- Era de todo vantajoso para os utilizadores da linha verde, uma vez que ocorra a conversão dos transportes para a gestão da Câmara Municipal, se conseguisse que a linha verde passasse a ter as cinco carruagens que tinha antes. -----

----- Já não falo, porque isso também é público, do estado de degradação em que se encontram as estações de metropolitano do Intendente, dos Anjos e de Arroios. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Freguês Vitor Pinheiro** fez a seguinte intervenção: -----

----- “É só uma coisa muito rápida. Já se falou aqui nisso algumas vezes, em relação aos parquímetros das ruas que não foram ainda bafejadas, se assim pudermos dizer, com isso. -----

----- Está cada vez mais difícil nalgumas das ruas onde não foram instalados parquímetros, porque toda a gente para lá vai pôr os carros dos não residentes, das garagens, até os taxistas, para trocar o carro de serviço com o seu carro particular. Portanto, era só para saber então o ponto da situação em que está isso com a EMEL ou com a Câmara de Lisboa. -----

----- Queria só aproveitar também para desejar aos Membros do Executivo, aos Membros da Assembleia presentes e a todo o público os meus votos de um Feliz Natal e um próspero Ano Novo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** começou por responder ao freguês Luis Carvalho, dizendo que a recolha de lixo não era um assunto da competência das Juntas de Freguesia e sim da Câmara Municipal de Lisboa. A Junta podia chamar à atenção sobre o barulho e das passagens a diversas horas na zona do Largo de Santa Bárbara.-----

----- Apesar de não ser da sua competência, a Junta tinha durante o dia recolha de lixo indevido que era colocado junto às árvores, junto aos passeios. Estavam quatro pessoas durante o dia com duas carrinhas a fazer recolha, tanto a partir do Largo do Mastro, como a partir da Aquiles Monteverde a fazer um trabalho que não era competência da Junta, mas sentindo que a população ainda não respeitava muito bem o direito das outras pessoas e o direito de andar nas ruas sem se atropelar nos sacos de lixo. Era uma vergonha o que se passava na cidade e nessa zona também. -----

----- Quanto aos estabelecimentos, nem a Junta de Freguesia nem a Câmara tinham nada a ver com isso, porque eram Leis do Governo. Qualquer pessoa podia abrir estabelecimento e o horário era dado pelo Governo. A Junta fizera pedidos ao Vereador Duarte Cordeiro para que houvesse um travão no licenciamento e uma retirada de licenças que muitas vezes estavam até às quatro da manhã. -----

----- Sobre o comércio, a Junta não podia travar ninguém que tivesse a situação legal, as lojas estavam para alugar e qualquer pessoa abria a sua loja. Havia redes de pessoas, a Junta podia sensibilizar as entidades oficiais mas não podia fazer mais do que isso. ----

----- Sobre as esplanadas, disse que a Junta tinha uma equipa na rua desde que passara o licenciamento para as Juntas de Freguesia. Havia dentro da equipa pessoas que chamavam à atenção e ajudavam a colocar as esplanadas de forma a não prejudicar as pessoas que passavam nos passeios. Muitas esplanadas não estavam licenciadas e a primeira coisa que a equipa fazia era sensibilizar, ajudando a fazer o desenho de forma a não incomodar a mobilidade da população. -----

----- Agradeceu a informação do freguês Francisco Cardoso, que felizmente era uma informação positiva. Referiu que a Junta tinha feito pedidos à EMEL e à Câmara para que em toda a zona onde existiram parquímetros eles fossem repostos e isso tinha-se conseguido, indo para além disso, até à Marques da Silva. -----

----- A Junta fazia cartas quase diárias para outras zonas da Freguesia onde não havia EMEL e esperava que fosse em janeiro à aprovação da Assembleia Municipal esse assunto. -----

----- Sobre o topo da Olegário Mariano, veriam o que se podia fazer a nível de não taparem as entradas, mas para isso a Junta também precisava de aprovação da Câmara. Iria fazer a proposta para que a própria Junta pudesse colocar, como se tinha feito noutras zonas da Freguesia onde pediam esse apoio. -----

----- Quanto ao metro, ainda nesse dia tinha mandado uma carta para o Senhor Ministro a pedir a requalificação das estações. Se não havia dinheiro, ao menos que houvesse uma atitude de limpeza. Seis meses antes acontecera uma reunião com o Presidente do Conselho de Administração do Metro e ele não tinha sido muito aderente a que houvesse essa higienização. -----

----- A preocupação não era só com os estrangeiros, era com a população residente e era triste que algumas zonas das estações estivessem fechadas por uma escada rolante estar avariada. -----

----- Seria feito o pedido das cinco carruagens, era a primeira vez que alguém falava nessa situação. -----

----- **A Secretária da Junta, Ana Santos** disse que era a responsável no Executivo pela proteção civil e um ano antes tinha-se constituído um grupo de voluntários, mais de trinta, que estavam a trabalhar com a Junta nessa área. Estava-se a trabalhar em conjunto com o serviço de proteção civil da Câmara, o plano já estava pronto e o material de

comunicação adquirido. A única coisa que faltava para as comunicações era a colocação do repetidor que tinha que ser num ponto alto. Tinha-se feito a avaliação desse local juntamente com a associação de radio-amadores que trabalhava com a Junta, como voluntários e como parceiros. -----

----- O local escolhido tinha sido a Escola Luisa de Gusmão, a quem se fizera um pedido antes de férias e que não fora indeferido formalmente mas já tinha a informação de que não seria possível. Entretanto fizera um contacto com uma entidade na zona do Saldanha, uma empresa privada, e estava à espera de uma reunião. Era também um ponto alto onde seria possível colocar o repetidor.-----

----- Sentia que aquilo que se estava a fazer era pouco para as necessidades, mas por vezes a concretização não era tão rápida quanto o desejável. Havia alguns constrangimentos, nomeadamente ao nível da formação prometida pela Câmara e que não tinha sido dada. De qualquer modo, fizera-se uma experiência local com radio-amadores, o levantamento da Freguesia toda e estava-se a fazer um programa a partir da Arroios TV de prevenção. Era uma coisa muito importante que não tinha custos e enquanto se esperava o ótimo não deixavam de fazer aquilo que era possível para prevenir as pessoas para questões como o inverno, o uso cuidado dos radiadores e outros objetos. Era isso que estava a ser trabalhado para atingir a população ao nível da prevenção, embora se estivessem a preparar para coisas de maior dimensão catastrófica.

----- Estava tudo preparado para ter a formação em fevereiro mas, como a proteção civil da Câmara queria dar uma formação certificada, tinha atrasado e em dezembro ainda não acontecera. Estava a acompanhar a situação e, portanto, estava muito segura sobre isso.

----- Quanto à escola, só sabia informalmente, ainda não recebera nada escrito. A professora que servia de interface entre a Junta e a escola dissera informalmente que não ia haver recetividade na resposta. Entretanto tinha feito um contacto pessoal e tivera agendada uma reunião com uma instituição. Iria no dia seguinte fazer outro contacto. --

----- **Ponto 2 – Período de Antes da Ordem do Dia;** -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** disse que tomava um pouco o balanço daquilo que o freguês dissera sobre os lixos e queria fazer perguntas mais específicas ao Vogal João Veríssimo para se perceber o que estava a falhar na Freguesia com a higiene urbana. Gostaria de perceber se era por falta de verbas, se era por falta de trabalhadores, de coordenação, de cooperação, de passagem de informação, de chefia ou coordenadores, de falta de conhecimento das ruas, travessas, calçadas, becos, escadas da Freguesia, de falta de suportes para informar e apelar ao civismo tais como a TV Arroios e publicações em papel. Gostava que a ajudassem a perceber o que se passava. -----

----- Também queria saber se haveria novidades sobre a questão do edifício entaipado na esquina da Calçada de Santana com a Travessa Nova do Colégio, que a nível de segurança estava muito mal. Como explicara da outra vez, os andaimes tapavam a iluminação.-----

----- Perguntou se já havia conhecimento da nova fauna que abundava no Campo de Santana, ratazanas, e em caso afirmativo quais as diligências tomadas. Também lhe tinham pedido para perguntar o que era feito dos pavões lá existentes.-----

----- Recebera uma informação e gostaria de saber se era verdade, sobre uma coima que a Junta teria que pagar por ter feito um graffiti no muro da escadaria do Parque Lurdes Pintassilgo. Não estava a acusar, só queria saber se isso era verdade. -----

----- Seguidamente, apresentou as seguintes moções: -----

----- **Mocão** -----

“----- Lutar contra o Terrorismo, Defender a Paz, a Democracia e a Solidariedade entre os Povos. -----

----- *Considerando que:* -----

----- *O terrorismo, quaisquer que sejam as suas causas e objectivos proclamados, serve sempre os interesses mais reaccionários;* -----

----- *A resposta ao terrorismo passa necessariamente pelo combate às suas causas mais profundas – políticas, económicas e sociais – e pela defesa e afirmação dos valores da liberdade, da democracia, da soberania e independência dos Estados;*-----

----- *Os crimes hediondos, como os que tiveram lugar em Paris, colocam a premência de uma política de desanuviamento e de Paz nas relações internacionais e do respeito do direito internacional;*-----

----- *O combate ao terrorismo não pode justificar a imposição de acrescidas medidas atentatórias de direitos e liberdades e o incremento da escalada de ingerência e de guerra;*-----

----- *A condenação dos actos terroristas não pode, de forma alguma, justificar reacções, posições e afirmações xenófobas e racistas, como as que se têm verificado ultimamente.*

----- *As eleitas do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida na sessão ordinária de 15 de Dezembro de 2015, delibere:* -----

----- *1. Condenar todos actos terroristas e fundamentalismos a eles subjacentes;* -----

----- *2. Condenar veemente os actos terroristas ocorridos em Paris;*-----

----- *3. Expressar às vítimas e seus familiares o seu mais profundo sentimento de pesar;*

----- *4. Manifestar a sua solidariedade às populações que têm sido alvo de tanta violência;*-----

----- *5. Manifestar o seu empenho na necessidade de se lutar pela Paz e pela defesa e afirmação dos valores da liberdade, da democracia, da soberania e independência dos Estados;* -----

----- *6. Remeter, após aprovação, esta Moção para:* -----

----- *Presidência da República, Presidência da Assembleia da República, Presidência do Conselho de Ministros, Embaixada de França, CPCC – Conselho Português para a Paz e Cooperação, Câmara Municipal de Lisboa.*-----

----- *Arroios, 15 de Dezembro de 2015* -----

----- *As eleitas do Partido Comunista Português - Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra.*-----”

#### **Mocção**

“----- Saudação à luta do Povo Português na defesa e pelo cumprimento da Constituição da República Portuguesa -----

----- *Considerando que,* -----

----- *Ao longo de 4 anos os trabalhadores e o povo português ergueram uma imensa luta, que conheceu na Cidade de Lisboa momentos altos e importantes.* -----

----- *Uma luta que se ergueu contra a política de direita protagonizada pelo governo PSD/CDS de ataque aos direitos, aos rendimentos e às conquistas que a Revolução de Abril alcançou, uma política de exploração e empobrecimento, uma política à margem da Lei e de confronto com a Constituição da República Portuguesa (CRP).* -----

----- *Luta que foi levada ao voto e que teve expressão no dia 4 de Outubro, pela condenação eleitoral imposta à coligação PSD/CDS, constituindo não apenas uma derrota do seu governo mas também da sua política.* -----

----- *Durante todo este período, o povo português deu um sinal claro que aspira a uma mudança de política.*-----

----- *No passado dia 10 de Novembro o governo PSD/CDS foi definitivamente derrotado. A sua derrota é uma vitória da luta dos trabalhadores e do povo, demonstrando que vale a pena lutar e resistir à resignação e ao conformismo.* -----

----- *Numa clara tentativa de subverter a CRP, a injustificada delonga do Presidente da República, perante a inequívoca vontade soberana do nosso povo reflectida numa nova maioria de deputados na Assembleia da República, apenas procurou suportar à força um governo PSD/CDS já derrotado.* -----

----- *Um governo derrotado e em funções de gestão que provou mesmo nessas circunstâncias não respeitar a Lei fundamental do país, na senda do cumprimento de uma agenda privatizadora – bem plasmado no processo de privatização da TAP - e de ataque aos direitos dos trabalhadores e do povo português, contando com a cumplicidade do actual Presidente da República.* -----

----- *Hoje temos um Governo com legitimidade democrática fruto de uma maioria formada na Assembleia da República. Uma maioria que pode contribuir para recuperar direitos dos trabalhadores e do povo, no cumprimento da Constituição da República, nomeadamente no que respeita ao emprego, aos salários, reformas e pensões (pela sua reposição e valorização); no direito à mobilidade (pela reversão dos processos de concessão e privatização das empresas de transportes terrestres – destaque para o Metro e a Carris); na garantia de melhores condições de acesso ao direito à saúde, à educação e às prestações sociais; no respeito pela autonomia financeira e administrativa do Poder Local Democrático no sentido de responder aos seus objectivos, no âmbito das suas atribuições e competências.* -----

----- *Assim, as eleitas do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida na sessão ordinária de 15 de Dezembro de 2015, delibere:* -----

----- *1. Saudar a persistente e justa luta dos trabalhadores e do povo português contra a política de confronto e desrespeito pela Constituição da República Portuguesa, pela mudança e a concretização de uma política que cumpra com o que a mesma consagra nos vários planos: político, económico, social e cultural;* -----

----- *2. Exortar a Junta de Freguesia de Arroios a desenvolver acções que promovam a Constituição da República Portuguesa, com especial incidência durante o ano de 2016, ano em que comemorará o seu 40º aniversário.* -----

----- *Arroios, 15 de Dezembro de 2015* -----

----- *As eleitas do Partido Comunista Português - Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra.* -----”

----- **Membro Ana Pocinho Antunes (PAN)** apresentou o seguinte voto de pesar: -----

----- **Voto de Pesar** -----

----- *“Faleceu no passado dia 22 de Outubro, aos 90 anos, Joaquim Manuel Candeias. Viveu nesta zona da cidade onde sempre manteve uma estreita relação com as suas gentes e os seus problemas. Sempre na busca das melhores soluções.* -----

----- *Prestou serviço como Presidente da Assembleia de Freguesia dos Anjos, desempenhando ao longo dos anos empenhadamente várias funções.*-----

----- *Demonstrando sempre voluntarismo raro e apenas explicável pela importância que atribuía aos valores da família e dificuldades da Freguesia que tão bem conhecia por ser uma pessoa afável e interessada por tudo o que se passava à sua volta.* -----

----- *Árbitro durante largos anos de sua vida, sempre foi Sportinguista de alma e coração. Na política deu o seu contributo como militante do PPD/PSD de que era militante desde que se conhece e foi como militante dessa força política que se apresentou sempre.* -----

----- *Para mim, representante do PAN, foi um grande exemplo, como pessoa e amigo.* -

----- *A sua morte constitui uma perda para a Freguesia, familiares e amigos a que tanto se dedicou e para toda a comunidade de um modo geral.* -----



----- A representante do PAN na Assembleia de Freguesia de Arroios, endereça à sua família e amigos o seu sentido pesar, manifestando-lhes total solidariedade.-----

----- A eleita do PAN na Assembleia de Freguesia de Arroios propõe que esta Assembleia, na sua reunião de 15 de Dezembro de 2015, delibere: -----

----- 1) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Joaquim Manuel Candeias guardando um minuto de silêncio em sua memória;-----

----- 2) Remeter o presente voto de pesar à sua família;-----

----- 3) Publicar o presente voto de pesar na próxima edição da publicação da Freguesia. -----

----- Lisboa, 15 de Dezembro de 2015. ----- ”

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que iria fazer uma pequena introdução e depois apresentaria duas moções e uma recomendação. -----

----- Referiu que da leitura da ordem de trabalhos não se via nenhum ponto sobre as taxas da piscina, Proposta nº 47 apresentada em setembro de 2015 e retirada por estar incompleta e não ser explícita. Segundo a leitura do Plano, previa-se a abertura para janeiro e o que perguntava era se haveria alterações às taxas, se a inscrição seria gratuita como fora referido na Assembleia e não constava da proposta.-----

----- Apresentou os seguintes documentos:-----

#### Moção

“----- Em Defesa dos Serviços Públicos de Água, Saneamento e Gestão de Resíduos ---

----- Considerando que, -----

----- O acesso à água se trata de um direito fundamental (assim expressamente reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da resolução A/RES/64/292) e que se foi transferindo esse estatuto para o plano da mercantilização, procurando substituir o serviço público pelo privado e o acesso público e universal pelo lucro. -----

----- A privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF), a alteração à Lei de Delimitação de Sectores, a alteração dos estatutos jurídicos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), e por fim, a alteração ao Regime Jurídico dos Serviços de Âmbito Municipal de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Urbanos, vêm claramente retirar a gestão destes sectores às autarquias, a quem mais sabe gerir o bem público e quem mais conhecimento e experiência técnica e local possui, junto das populações. -----

----- Tais alterações vão permitir a privatização pura e simples dos sistemas multimunicipais de resíduos e a fusão dos sistemas multimunicipais de águas e saneamento, com o objectivo de entrega de toda a gestão a privados. -----

----- Por fim, dar poderes de fixação das tarifas destes bens e serviços – enquanto gestão municipal – a uma entidade externa aos Municípios, sem qualquer conhecimento das especificidades de cada região, e das suas populações, representa uma clara violação dos princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa, no que diz respeito à autonomia do Poder Local.-----

----- O processo em curso é um modelo de governação dos serviços que deixa antever ameaças à natureza e à prestação de um serviço público ao serviço das populações, do desenvolvimento dos concelhos, das regiões e do País, a um acentuado e injusto aumento de tarifas e à degradação do emprego e dos direitos dos trabalhadores. -----

----- A extinção dos sistemas existentes está associada a criação da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo (ADLVT) que agrega 84 municípios, que são também accionistas, e que foi concessionada à EPAL. -----

----- Mas associado a este processo e previsto no actual quadro legal estão aumentos, até 2020, de grande dimensão para os serviços de água, saneamento e resíduos. -----

----- A água que é comprada pelos Serviços Municipais à EPAL prevê-se que poderá aumentar 19% até 2020, e poderá aumentar já 7,7% em 2016. -----

----- O tratamento de esgotos poderá ter um aumento de 12% até 2020 e aumentará cerca de 10% em 2016.-----

----- A acrescentar a estes aumentos haverá ainda que prever que a taxa de tratamento de resíduos sólidos, já privatizada, aumentará também cerca de 4,6%. -----

----- Assim em Lisboa:-----

----- O controlo e distribuição do abastecimento de água é da responsabilidade da EPAL;-----

----- Ficando o tratamento de esgotos e recolha de resíduos na esfera de responsabilidade do município; -----

----- Por imposição legal, através da aprovação dos novos estatutos jurídicos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), o Município de Lisboa teve de adaptar os seus tarifários, acabando com a taxa de conservação de esgotos (aplicada directamente aos proprietários) e criando duas novas taxas, de saneamento e resíduos sólidos, cobrada na factura da EPAL, aplicada a todos os consumidores; -----

----- O que levou a um aumento generalizado do tarifário, altamente penalizador para a população. -----

----- Mais grave ainda é que a EPAL, fazendo parte do Grupo Águas de Portugal, corre assim o risco, caso não haja uma inversão das políticas de privatização de todo o sector público essencial, de vir a ser privatizada.-----

----- Ficando assim os privados detentores do controlo do abastecimento de água na Capital do País, sendo de esperar um ainda maior aumento das tarifas cobradas aos lisboetas. -----

----- Considerando, por último, que este é todo um processo, eixo de um caminho há muito idealizado, que não serve as populações e muito menos o país (quer seja ao nível social, económico, ou financeiro), sendo que os sectores da água (abastecimento e saneamento) e da gestão de resíduos, pela importância que têm para as populações e para o país, deveriam receber do Estado um apoio ao investimento e no sentido de garantir o igual acesso de todos a estes serviços, representando por isso sectores que não poderão, nunca, ser elitizados ou objecto de concessões ou privatizações que criarão, ainda mais agravadas, desigualdades sociais, hoje já existentes fruto da actual situação que o país atravessa. -----

----- Assim, as eleitas do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida na sessão ordinária de 15 de Dezembro de 2015, delibere: -----

----- 1. Manifestar a sua oposição a todo o processo que levou à concretização deste novo Sistema, que deste o início foi feito em profundo desrespeito pelos municípios e à revelia das atribuições do Poder Local, expressando a sua veemente defesa dos serviços públicos de água, saneamento e gestão de resíduos; -----

----- 2. Defender a gestão pública da água como forma de defender a sua universalidade, demonstrando solidariedade com as acções políticas e institucionais que possam vir a ser tomadas no sentido de defender este princípio; -----

----- 3. Apoiar todas as acções para reverter o processo de privatização da EGF/Valorsul - tratamento/reciclagem lixo; -----

----- 4. Por último, exigir da Câmara Municipal de Lisboa que reafirme a rejeição da privatização da EGF e a recusa em aderir ao Sistema de Águas de Lisboa e Vale do Tejo. -----

----- Arroios, 15 de dezembro de 2015. -----

----- *As eleitas do Partido Comunista Português - Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra.* -----”

----- **Moção** -----

“----- Saudar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher-----

----- *Considerando que:* -----

----- *Em 1999, as Nações Unidas designaram oficialmente 25 de Novembro como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher;* -----

----- *Antes dessa data, já o dia 25 de Novembro era vivido pelo movimento internacional de mulheres como homenagem às irmãs Mirabal - Minerva, Patricia e Tereza - que ficaram conhecidas por Las Mariposas e que foram presas, torturadas e assassinadas a 25 de Novembro de 1960, na República Dominicana, por ordem do ditador Rafael Trujillo;*-----

----- *A mulher tem sofrido e sofre diversas formas de violência, independentemente da sua classe social e económica, da sua raça e idade.*-----

----- *Assim, as eleitas do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida na sessão ordinária de 15 de Dezembro de 2015, delibere:* -----

----- *1. Saudar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher;* ---

----- *2. Repudiar toda e qualquer violência contra as mulheres;* -----

----- *3. Remeter, após aprovação, esta Moção para: Presidência da República, Presidência da Assembleia da República, Presidência do Conselho de Ministros, Câmara Municipal de Lisboa, APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, MDM – Movimento Democrático de Mulheres, UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.* -----

----- *Arroios, 15 de Dezembro de 2015* -----

----- *As eleitas do Partido Comunista Português - Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra.* -----”

----- **Recomendação** -----

----- *“Considerando que as Eleições Presidenciais são a 24 de Janeiro de 2016 e a 14 de Fevereiro, a 2ª. Volta e porque no último acto eleitoral alguns eleitores com dificuldades motoras tiveram algumas dificuldades no acesso às Assembleias de Voto, mais exactamente, na Escola Secundária Camões, as eleitas do PCP, recomendam ao executivo que nos próximos actos eleitorais sejam garantidas, para além, das rampas de acesso, meios de deslocação, como cadeiras de rodas, assim como, pessoas que possam acompanhar às mesas de voto, idosos ou quaisquer outras pessoas portadoras de deficiência, invisuais e que se desloquem sozinhos.* -----

----- *Para isso sugerimos que sejam solicitados os serviços dos Bombeiros Voluntários como garante da uma prestação de serviços especializada e que, no último acto eleitoral não se verificou, originando muitos problemas no acesso ao pátio, caso da inexistência de cadeiras de rodas, tendo algumas pessoas, sido transportadas em cadeiras de escritório.*-----

----- *Arroios, 15 de dezembro de 2015*-----

----- *As eleitas do Partido Comunista Português na Assembleia de Freguesia de Arroios - Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra.* ”

----- **Membro Carlos Henrique (PS)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Recomendação** -----

----- *“Recomendação ao Executivo sobre a participação da Assembleia de Freguesia no “Jornal de Arroios”* -----

----- *Considerando que:* -----

----- a) O “Jornal de Arroios”, publicado trimestralmente pela Junta de Freguesia de Arroios, é um órgão de comunicação cujo objetivo é o de divulgar as iniciativas e os projetos da freguesia; -----

----- b) O “Jornal de Arroios” pretende dar a conhecer à população a nova realidade política, histórica, administrativa, sócio-cultural e demográfica da freguesia com todas as suas valências; -----

----- c) O “Jornal de Arroios” não tem publicado nas suas edições quaisquer referências à atividade desenvolvida pela Assembleia de Freguesia; -----

----- d) A Assembleia de Freguesia é o órgão representativo da freguesia de Arroios eleita por sufrágio universal, direto e secreto dos cidadãos recenseados na sua área;--

----- Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Arroios recomendam ao Executivo que passe a contemplar um espaço fixo em todas as edições do “Jornal de Arroios” com informação a disponibilizar por esta Assembleia e que reflita a opinião de todas as forças políticas nela representadas. -----

----- Assembleia de Freguesia de Arroios, aos 15 de dezembro de 2015 -----

----- O Grupo do Partido Socialista. ----- ”

----- **Membro Júlio Sequeira (CDS-PP)** começou por informar que o CDS-PP subscrevia o voto de pesar apresentado pelo PAN e apresentou o seguinte documento: -

#### Saudação

“----- 40 anos do 25 de novembro de 1975-----

----- 40 anos decorridos sobre o 25 de Novembro de 1975, data em que terminou o famigerado PREC, pretendemos dar expressão simbólica a uma importante efeméride que impediu que Portugal retrocedesse para um sistema de ditadura. -----

----- O PREC (Processo Revolucionário Em Curso) caracterizou-se pela tentativa da esquerda radical, não democrática, e das forças militares que apoiavam essa facção, usurparem a liderança do processo de libertação nacional iniciado em 25 de Abril de 1974. -----

----- Estas forças, com particular destaque para os partidos extrema-esquerda, tudo fizeram, incluindo o recurso à violência e à censura, para bloquear a construção de uma Democracia pluralista e de tipo Ocidental. -----

----- O confronto gerado durante este período foi transversal a toda a sociedade, principalmente entre aqueles que defendiam a ideologia antidemocrática dos promotores do PREC (como se 50 anos de ditadura não tivessem sido martírio suficiente para povo português) e as ideologias democráticas, pluralistas e humanistas.

----- Sem o sentido patriótico dos militares e dos partidos democráticos – PS, PSD e CDS –, e de muitos cidadãos independentes, que nesses dias arriscaram as suas vidas, a Democracia dificilmente teria sobrevivido e consolidado. -----

----- A História deu-lhes razão. Ao impedirem que a extrema-esquerda assumisse o poder pela força, confirmaram a vontade dos portugueses que em 41 anos de democracia nunca deram a maioria de votos a nenhum partido antidemocrático. -----

----- Com todas as imperfeições de qualquer democracia, o CDS/PP acredita e defende que esta continua a ser a única forma de regime político aceitável, dando voz ao povo para que, em eleições livres, possa decidir em consciência a forma como pretende ser governado. -----

----- Mesmo com os percalços de uma Constituição, à qual o CDS se opôs por esta pugnar, no seu preâmbulo por “uma sociedade socialista”, ainda que não seja essa a vontade de todos os portugueses, o “25 de Novembro” permitiu que, se implantasse, de facto, a Liberdade que ao longo destas décadas tem permitido aos portugueses serem donos do seu destino!-----

----- Por estas razões, o CDS-PP reconhece que, face às dificuldades do contexto social e político da época, foi o “25 de Novembro” que tornou possível salvar o essencial da Democracia e que este processo foi obra de verdadeiros heróis, cuja história e memória importa preservar e assinalar, defendendo o que de mais precioso o 25 de Abril consagrou: a Liberdade de todos os portugueses, independentemente as suas convicções políticas e religiosas. -----

----- Assim, o CDS-PP propõe à Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida a 15 de Dezembro de 2015, que: -----

----- Aprove um voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, lutaram e venceram para que em Portugal se continuasse a aprofundar e a construir a Democracia, a Paz e a Liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974. -----

----- Lisboa, 15 de Dezembro de 2015. -----”

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que tinha uma pergunta relativamente à campanha de recolha de resíduos aprovada na Assembleia de Freguesia. Apresentara-se uma campanha considerando a necessidade de informar a população sobre regras simples de acomodação dos resíduos, da sua colocação nos ecopontos e das horas de recolha. Pensava-se nessa altura e continuava a pensar que uma campanha com essas informações seria vantajosa para resolver o problema da acumulação de resíduos em determinadas zonas da Freguesia. A campanha tinha sido aprovada e não se verificava a sua implementação, ou pelo menos não se detetavam algumas das sugestões apresentadas e que seria a colocação de posters e panfletos para essa informação ser disponibilizada aos fregueses. Portanto, a sua pergunta era saber o estado de implementação da campanha. -----

----- Gostaria de fazer um comentário relativamente a algumas preocupações apontadas por um freguês acerca do comércio na Freguesia e o facto desse comércio estar a ser explorado por cidadãos provenientes do Bangladesh, do Paquistão e de outros locais. Fazia o comentário por ser um assunto que a preocupava bastante. -----

----- Recordou que um dos aspetos que tornavam a Freguesia bastante interessante, em relação às outras Freguesias da Cidade de Lisboa, era a sua multiculturalidade, o facto de ser uma Freguesia que acolhia populações de diferentes localidades. Havia mais de 70 nacionalidades na Freguesia, que estariam representadas nas diferentes áreas de intervenção e de integração na própria Freguesia. -----

----- Deviam ter alguma preocupação no acolhimento que faziam aos imigrantes na Freguesia e também deviam ter alguma preocupação na forma como se referiam a esses imigrantes que ali habitavam, trabalhavam, pagavam os seus impostos e contribuíam para a dinâmica da própria Freguesia e para a dinâmica do País. -----

----- Era importante que quando se pensava de forma alargada algumas questões que pudessem estar relacionadas com o acolhimento de pessoas estrangeiras na Freguesia e em Portugal, que se tivesse isso em conta e não se considerasse que por serem outros mereciam mais preocupação. Deviam estar preocupados com a forma como o cumprimento das regras era feito, a forma como o acolhimento era feito na Freguesia e não só pela diferença da nacionalidade. -----

----- **Membro Nuno Vitoriano (PSD)** começou por informar que o grupo do PSD na Assembleia de Freguesia subscrevia o voto de pesar do PAN. -----

----- O PSD não levava uma recomendação mas gostava de solicitar ao Executivo se nas próximas eleições presidenciais, a realizar no dia 24 de janeiro, se seria possível haver um desdobramento das mesas 1 e 2, situadas na Escola Secundária Camões, por motivos que se prendiam com a própria frequência das mesmas, com filas enormes, e com a qualidade do estar dos próprios membros dessas mesas. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Lutar contra o terrorismo, defender a paz, a democracia e a solidariedade entre os povos”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 18 votos a favor de PS (9), PSD (5), PCP (2), BE (1) e CDS-PP (1) e abstenção de PAN (1). -----

----- Submeteu à votação a **Moção “Saudação à luta do Povo Português na defesa e pelo cumprimento da Constituição da República Portuguesa”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor de PS (9), PCP (2), BE (1) e PAN (1) e 6 votos contra de PSD (5) e CDS-PP (1). -----

----- Submeteu à votação a **Moção “Em Defesa dos Serviços Públicos de Água, Saneamento e Gestão de Resíduos”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor de PS (9), PCP (2), BE (1) e PAN (1) e 6 votos contra de PSD (5) e CDS-PP (1). -----

----- Submeteu à votação a **Moção “Saudar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Recomendação “Acessibilidade nas mesas de voto”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. ----

----- Submeteu à votação a **Recomendação “Participação da Assembleia de Freguesia no “Jornal de Arroios”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Saudação “40 anos do 25 de novembro de 1975**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 6 votos a favor de PSD (5) e CDS-PP (1), 3 votos contra de PCP (2) e BE (1) e 10 abstenções de PS (9) e PAN (1). -----

----- Submeteu à votação o **Voto de Pesar por Joaquim Candeias**, apresentada pelo PAN, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que todas as forças políticas se tinham associado ao Voto de Pesar. -----

----- (Neste momento a Assembleia cumpriu um minuto de silêncio em memória de Joaquim Candeias)-----

----- **A Senhora Presidente da Junta**, respondendo ao Membro Ana Mirra, disse que o mural existente no Jardim Maria de Lurdes Pintassilgo tinha sido realizado com autorização da Câmara Municipal de Lisboa, organizado com o apoio do Gabinete da Arte Urbana. Achava estranho que tivesse havido uma multa, porque era com o apoio da Câmara. Disse que as pessoas gostavam de inventar.-----

----- Quanto aos pavões, eles existiam mas também voavam e por vezes iam para o jardim do Instituto Alemão, ou para o jardim do Hospital dos Capuchos, ou para o jardim do Torel. Eles não tinham as asas cortadas e, portanto, voavam. -----

----- Sobre a fauna abundante, a Junta tinha esse conhecimento e informara a Câmara sobre as ratazanas mas era muito difícil deixar de haver ratazanas porque as pessoas de mais idade e não só iam deixar restos de comida ao final da tarde. Havia um funcionário que dava comida aos animais mas as pessoas iam dar mais ao final da tarde e os ratos apareciam. Era difícil lutar contra essa situação, por mais que se pedisse às pessoas.----

----- Pediu a todos os Membros da Assembleia que, quando vissem pessoas a dar comida, lhes dissessem para não o fazer porque os animais eram bem alimentados todos os dias. -----

----- Disse que o edifício da esquina da Calçada de Santana era privado e a Junta já informara a Câmara, a única entidade que poderia falar com o proprietário do edifício e que, segundo a informação que tinha, era o Montepio.-----

----- Quanto às taxas da piscina, elas tinham-se mantido na mesma. Esperava que a obra acabasse em janeiro e não se estava a cobrar nenhuma inscrição, seria no momento da abertura. -----

----- Quanto à recolha, estava a ser feita a campanha. Pediram-se dados à Câmara Municipal sobre campanhas similares e no momento a equipa estava a fazer a campanha com posters e folhetos, em ligação ao trabalho que a Câmara também estava a fazer nessa área. -----

----- **A Secretária da Junta, Ana Santos**, disse que a sala número um era também uma preocupação da Junta. Estava-se a pensar reduzir o número de eleitores a passá-los para as salas imediatamente a seguir, sendo certo que também estavam a ser acauteladas as questões levantadas pelo PCP. Tinha havido uma falha dos bombeiros, porque não era a Junta que os tinha que contactar e tinham-se deparado com essa ausência. Estavam a ser feitas as diligências, nomeadamente com contactos aos escuteiros e outras entidades, para que pudessem reforçar no apoio. -----

----- **O Vogal do Executivo João Veríssimo** referiu que a questão levantada pelo Membro Ana Mirra era uma situação que por vezes sucedia na Freguesia. O Membro João Costa do PSD também já o tinha interpelado na rua e tinham conversado sobre isso. Era uma perspetiva real do que se estava a passar, não em toda a Freguesia, mas nalguns pontos críticos. -----

----- Disse que não subscrevia integralmente a totalidade da reforma administrativa e isso tinha ficado demonstrado em sede própria, na Assembleia de Freguesia de São Jorge de Arroios. Tinha-o feito com outro Membro afeto ao PS e com Membros afetos ao PSD e ao CDS. Contudo, a reforma administrativa tinha sido preconizada pelo Município de Lisboa, por todos os municípios do País e por um Governo. Portanto, tivera-se que acatar a reforma com todas as fragilidades que lhe eram conhecidas. -----

----- Na ótica da reforma e do protocolo de delegação de competências, de facto passaram para as Juntas elementos de higiene urbana em quantidade insuficiente. Havia 35 funcionários no quadro e mais 6 contratados, o que não era suficiente para a Freguesia. -----

----- A Câmara, fazendo certamente o que sabia e podia, transferira meios mecânicos que não estavam nas melhores condições. Logo de início uma varredoura avariada, que só ocupava espaço nas instalações e era prejudicial e um motocão também avariado. Tudo isso se tinha resolvido, mas com tempo para adquirir nova varredoura e reparar muitas vezes o motocão. -----

----- Nem sempre os meios mecânicos se tinham portado bem e obrigaram a um esforço financeiro da Junta de Freguesia. -----

----- Disse que a cooperação com a CML existia e era essa cooperação a partir dos serviços de higiene urbana da Câmara que mitigava muitas das fragilidades da reforma a esse nível. Se não fosse essa cooperação teriam sem dúvida uma Freguesia pior. Recentemente tivera uma reunião com o Diretor de Departamento de Higiene Urbana que corroborava essa ideia, que de facto os funcionários eram infranumerários. -----

----- Em função disso já estava previsto o reforço de dois funcionários para o início de 2016 e eventualmente até de mais funcionários, se a situação continuasse a acontecer. -

----- Para além da varredoura que comprara e que era insuficiente, a Junta iria adquirir uma outra, tal como iria adquirir uma nova carrinha. As carrinhas que estavam ao serviço da recolha de lixo que nem sequer competiam à Junta, mas que fazia, teriam que ser reforçadas, visto não aguentarem face ao trabalho que tinham. Era mais um esforço da Junta. -----

----- Disse que mudara o enquadramento legal de aplicação de herbicidas e de alguns contornos da deservagem e era muito exigente. A Junta já tinha alguns preços mas

estava a tentar aferir quanto custaria tornar externa essa atividade, centralizando os meios existentes na varredura e na lavagem das ruas, até porque o resto não era da competência da Junta. -----

----- **O Vogal do Executivo Fernando Ricardo** agradeceu o contributo do Membro Fernanda Lacerda também ao nível dos comentários que fizera às opções para 2016. ---

----- Disse que, relativamente ao regulamento de taxas, a Junta só podia alterar as taxas em vigor com um novo regulamento aprovado na Assembleia de Freguesia. O projeto para 2016 era precisamente apresentar a proposta do regulamento de taxas em todos os serviços prestados pela Junta e não apenas em termos de piscina, mas de uma maneira geral. Isso obrigava a um estudo económico que pudesse justificar a aplicação das taxas em causa, o que seria feito em colaboração com a Assembleia e nem podia ser de outra forma, visto ser da sua competência. Além disso, era no seguimento de um processo que se pretendia muito participado por parte dos diversos partidos representados na Assembleia. -----

----- Informou que era também propósito da Junta para 2016 apresentar à Assembleia uma proposta de regulamento de apoio às coletividades locais, ao associativismo, também no fim de um processo que se pretendia altamente participado. Agradecia os contributos que quisessem enviar a esse respeito. -----

----- **O Vogal do Executivo João Veríssimo** disse que não podia deixar de referir a entrega dos funcionários da higiene urbana, que mesmo sendo infranumerários não se cansavam de trabalhar e tinham todo o mérito. -----

----- Por outro lado, às vezes não se tinha bem consciência da situação, mas na higiene urbana havia algum absentismo por questões de saúde, eram pessoas que estavam muito expostas aos mais diversos riscos. -----

----- Quando se referia 35 mais 6 contratados, ou outro vínculo que não contrato sem termo, nem sempre estavam 41 funcionários no ativo. Tinha que se planificar o melhor possível mas nem sempre se conseguia e era mesmo bastante raro. Daí a necessidade de concentrar os esforços naquilo que as pessoas estavam aptas a fazer, de acordo com o enquadramento legal, e ir buscar alguns reforços. -----

----- **Ponto 3 - Leitura, discussão e votação da ata nº 10 da sessão anterior;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº10**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 3 abstenções de PSD (2) e CDS-PP (1), por não terem estado presentes na sessão anterior, e 16 votos a favor dos restantes Membros. -----

----- **Ponto 4 – Eleição de novo vogal para a Junta de Freguesia;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que a Mesa recebera a renúncia ao mandato da Vogal Ana Gabriela Freire, Membro do Executivo da Junta de Freguesia de Arroios, nos seguintes termos: -----

----- “Comunico a Vossa Excelência de forma livre, expressa e irrevogável, a renúncia ao mandato para que fui eleita em 29 de setembro de 2013, com efeitos a partir de 15 de dezembro de 2015, nos termos do nº1 e nº2 do artigo 76 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº 75/ 2013, de 12 de setembro. -----

----- As razões que assistem à minha renúncia são de natureza pessoal. -----

----- Com elevada estima e consideração, subscrevo-me enviando saudações democráticas.” -----

----- Continuando, esclareceu que em consequência teriam de proceder à eleição de um novo Vogal da Junta. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que queria, em nome do Executivo, agradecer os dois anos de trabalho em conjunto com a Doutora Gabriela Freire. Sabia



que ela se manteria com a Junta de Freguesia, com todo o coração e todo o envolvimento.-----

----- Desejou um grande futuro no trabalho também na escola e na Associação Viva Mulher, que fosse profícuo e que a Junta continuasse a contar com o seu apoio, que sabia poder contar. -----

----- **Doutora Ana Gabriela Freire** disse que tinha exercido com todo o gosto o mandato de Vogal da educação e era apenas por razões de índole pessoal que renunciava ao mesmo. Como professora que era gostava sempre de aprender e tinha aprendido muito sobre os desafios e obstáculos, mas também sobre a riqueza social, educacional e cultural da Freguesia nas suas muitas instituições. -----

----- Tinha visto muitas iniciativas educativas plenas de empenho e inovação que a Junta apoiava e valorizava nos seus projetos. -----

----- Agradeceu à Presidente da Junta a confiança em si depositada e disse que continuaria a servir a Freguesia como Membro da Assembleia. -----

----- Desejou a continuação de um excelente trabalho aos Membros do Executivo, com quem muito aprendera sobre o que era trabalho dedicado, sistemático e generoso. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** começou por agradecer o trabalho realizado, mas, sendo alguma coisa de índole pessoal que a fazia regressar a outra situação, isso tinha que se aceitar. -----

----- A pergunta que fazia era se renunciava ao seu lugar como Vogal do Executivo e voltava à Assembleia de Freguesia. -----

----- **Doutora Ana Gabriela Freire** respondeu afirmativamente.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** informou que propunha Maria Adélia Caixinha para Vogal do Executivo. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação, por voto secreto, a **eleição de Maria Adélia Caixinha como Vogal do Executivo da Junta de Freguesia de Arroios**, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

----- SIM – 12 votos -----

----- BRANCO – 7 votos -----

----- Continuando, a **Senhora Presidente da Assembleia** anunciou a eleição de Maria Adélia Caixinha como Vogal do Executivo. -----

----- (Neste momento Ana Gabriela Freire ocupou o seu lugar na Assembleia de Freguesia e Maria Adélia Caixinha ocupou o seu lugar de Vogal no Executivo da Junta de Freguesia)-----

----- **Ponto 5 - Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº2 do art.º 9º, da Lei nº 75/2013;**-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** considerou que tinha havido maior preocupação na informação prestada. Notava-se isso em quase todas as áreas, apenas com uma ou outra exceção. -----

----- Quanto aos espaços de inclusão, no documento era mencionado que no âmbito do projeto estavam integrados três elementos a exercer funções no Jardim António Feijó, em sanitários e limpeza dos espaços verdes. Gostaria de saber qual o vínculo laboral que tinham com a Junta, ou qualquer outro vínculo. -----

----- No espaço público, era visível uma maior preocupação com a limpeza das ruas quanto a varredura e lavagens. No entanto, durante o último mês verificara e vários moradores se queixaram de que as ruas não foram varridas. São Jorge de Arroios era uma zona de muitas árvores e, com chuva e vento, tinha havido uma grande acumulação

de folhas, com os problemas daí resultantes. Observara vários casos de quedas e entupimentos derivados das folhas empurradas pela chuva para as sarjetas. -----

----- A verdade era que se notava alguma varredura e de repente, sem se saber porquê, alguma coisa tinha perturbado e as ruas estavam muito sujas. Entretanto verificara que nos dois últimos dias acontecera a varredura e as ruas voltaram a estar um pouco mais limpas. -----

----- Outro problema eram os recantos de que já tinham falado várias vezes. Os pontos referenciados eram na Pena e outro no Largo de Santa Bárbara, ao cimo das escadas. Alguns moradores da zona falavam consigo sobre o assunto, nomeadamente já tinha sido referenciado na Assembleia por um freguês, que era uma loja do tipo de conveniência existente nesse local e que tinha horário de encerramento às duas da manhã mas que, segundo os moradores, no verão prolongava-se até às quatro da manhã, que vendia bebidas alcoólicas e originava lixo naquele recanto. Além de outros inconvenientes, porque pela noite fora passara a ser um local muito bom até para consumo de drogas. Passara a ser um local com falta de segurança e já tinham acontecido assaltos a moradores na zona. -----

----- Já tinha falado desse assunto com a Senhora Presidente e sabia que isso não estava dentro das competências da Junta, os horários das lojas, mas havia que fazer qualquer coisa porque isso era preocupante e não era só ali, era noutros locais.-----

----- Outra questão era relativa ao Jardim Constantino, assunto que também já tinha falado com a Senhora Presidente. Era um jardim maravilhoso, com muitas árvores, mas tinha o problema do parque infantil ficar debaixo das árvores, que faziam sombras maravilhosas no verão mas também eram a pernoita de pombos. Isso originava muita sujidade no equipamento do parque infantil.-----

----- Sabia que era impossível ter um funcionário a limpar a toda a hora, mas era muito difícil as crianças brincarem com os equipamentos. Havia ali moradores com crianças pequenas, que utilizavam todos os dias e que se queixavam da muita sujidade. Aliás, uma das suas vizinhas costumava levar um pano e limpava para a neta brincar. Portanto, seria de tentar arranjar uma solução, mesmo sendo impossível ter um funcionário sempre mas que alguma coisa fosse feita. Não queria matar os pombos, mas alguma coisa teria que ser feita. -----

----- Perguntou para onde teriam ido os ecopontos existentes na Praça das Novas Nações. -----

----- Quanto a espaços verdes, em anteriores mandatos no jardim em frente à Igreja dos Anjos tinham sido retirados os bancos, dizendo-se que era para os sem-abrigo não pernovernarem neles. Perguntou se não seria bom rever essa medida, uma vez que era agradável ter bancos num jardim.-----

----- Sobre o licenciamento, sendo a fiscalização uma das componentes para o bom funcionamento da ocupação dos espaços públicos, talvez fosse de aproveitar para sensibilizar os comerciantes a manterem os mesmos limpos de papéis, pontas de cigarro, varrendo e lavando e aproveitando para varrer as folhas, não para a rua, mas para um saco que deitaria no lixo. -----

----- Realmente os comerciantes gostavam de ter o espaço da sua esplanada, mas por vezes era um acumular de lixo porque não tinham cuidado. Claro que muitos tinham cuidado e aí fazia uma ressalva com um caso de dois comerciantes, não sabia se indianos ou paquistaneses. Nunca tinha visto um comerciante andar com uma vassoura na mão como eles, constantemente a limpar. Costumava dizer que eles deviam sair no jornal, porque não via outros fazerem isso. -----

----- Quanto a informática e apoio técnico, havendo uma preocupação no geral de dar mais informação, nessa área era um resumo muito resumido. Perguntou que apoio tinha sido dado e que materiais. -----

----- Sobre marketing e comunicação, eram muitas as pessoas que perguntavam como ver a TV Arroios. Não havia um conhecimento de como poder aceder, de quem tinha acesso. Seria bom dar essa informação. -----

----- Havia uma coisa que dizia “Artes em Partes” e depois dizia “programa cultural sobre os artistas de todas as áreas que residem na Freguesia”. Parecera-lhe uma coisa bastante interessante, mas gostaria de saber como eram escolhidas as pessoas, através de quê ou de quem eram propostos para o programa. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que, quanto ao espaço de inclusão, a Junta articulava-se com as diversas entidades e esse trabalho era feito com a Paróquia da Igreja dos Anjos. As pessoas estavam ligadas com o Centro Paroquial de Arroios e com a Igreja dos Anjos. -----

----- Sobre a varredura das ruas e as folhas, ainda nesse dia vira os homens a varrer e de repente um vendaval repusera as folhas. Era uma preocupação da Junta mas com o tempo que estava as pessoas varriam até de noite e no dia seguinte estava tudo cheio de folhas. -----

----- Disse, em relação aos recantos, que quando a Junta tinha informação dada pelos fregueses sobre lojas que davam problemas com os horários, a Junta informava a Polícia Municipal. Mantinha-se contacto diário com o Intendente Paulo Caldas e com o Vereador Carlos Castro. -----

----- Quanto ao Jardim Constantino, ele era lavado diariamente. Estava-se a pensar seriamente no tipo de rede que se poderia colocar, mas ele era lavado. -----

----- Desde 15 dias atrás que a equipa de jardinagem, aos domingos de manhã, fazia uma recolha das papeleiras dos jardins da Freguesia. -----

----- Esclareceu que aqueles ecopontos tinham sido retirados mas havia ecopontos na esquina da Rua de Angola com a Rua do Zaire e as pessoas foram informadas dessa situação. Aliás, a Câmara tirara de onde estavam porque era um pedido da população. Os ecopontos por vezes serviam de amontoado de lixo porque as pessoas não tinham respeito. -----

----- Sobre o licenciamento, andavam quatro pessoas na rua a sensibilizar os donos dos espaços, dos cafés e dos restaurantes. Sabia qual era aquele que a Membro Fernanda Lacerda referira, do paquistanês, mas todos eles tinham sido informados que podiam perder a licença e tinham mais cuidado. -----

----- As pessoas falavam dos paquistaneses, mas muitas vezes os portugueses eram os piores. Via na Almirante Reis imensos cafés e restaurantes de portugueses onde havia pouco cuidado com a higiene. Uns dias antes tinha feito um percurso com o Vereador Duarte Cordeiro e num café estavam a pôr o papelão na rua às onze da manhã, quando sabiam que só podiam pôr às três da tarde. Por mais que se sensibilizasse, também não se podia fazer mais do que isso. -----

----- Quanto à “Artes em Partes”, se quisessem podiam dar informação sobre os artistas da Freguesia. Chegava muita gente através da Comissão Social de Freguesia e através de grupos culturais que iam informando sobre as pessoas, mas agradecia a toda a gente que enviasse informação. -----

----- A Arroios TV iria ter um folheto próprio, com os programas todos. Via-se através do canal MEO 50-50 e através da net, através de Kanal 50-50. Estavam a ser feitas mais gravações com programas de diverso tipo e havia também programas em língua chinesa para as crianças chinesas que moravam na Freguesia e para outras que queriam aprender. Era um trabalho com a escola chinesa que estava na Freguesia. -----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau**, explicou que, relativamente ao apoio técnico informático, era dado um apoio na ótica do utilizador, na instalação de computadores ou reposição daqueles que já estavam num estado em que necessitavam de ser substituídos.-----

----- De momento também se estava com a implementação de um novo sistema, o que tinha envolvido muito tempo dos recursos das pessoas, que envolvia um sistema mais complexo de redes para todas as pessoas poderem aceder independentemente do local onde se encontrassem. Tentaria detalhar um pouco mais nas próximas edições da Informação Escrita.-----

----- **Ponto 6 – Análise, discussão e votação do Plano de Atividades para 2016;**-----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau**, propôs à Mesa que se fizesse a votação conjunta do Plano de Atividades e do Orçamento, uma vez que os documentos estavam interligados.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que a Mesa tinha tomado em atenção a proposta e não via inconveniente na votação conjunta.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que estava contra a proposta de votação em conjunto. Aliás, até tinha ficado agradada por ver os pontos separados. Já tinha feito referência a isso em Assembleias anteriores, que as coisas podiam não ser idênticas. Podiam estar de acordo com o Plano de Atividades, que era um mero relator de intenções, e podiam não estar de acordo com certas verbas atribuídas no Orçamento.-----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau**, explicou que era apenas porque um documento se refletia no outro, mas aceitava o método.-----

----- Quanto ao Plano de Atividades, nos últimos dois anos tinha-se construído uma visão mais global e completa sobre a Freguesia, sobre as suas principais carências e prioridades. Só assim era possível responder às necessidades com recursos apropriados, principalmente com uma equipa de pessoas à altura.-----

----- Sobre os recursos humanos, mantiveram-se todas as pessoas das anteriores estruturas, incorporaram-se os funcionários provenientes da CML e tinha-se reforçado em áreas onde se sentia ser necessário. Com a equipa estabilizada iriam avançar também para a abertura de procedimentos concursais no sentido de dar maior solidez a algumas funções que pareciam críticas e que deviam ter a estabilidade necessária.-----

----- Seria também constituído um gabinete de higiene e segurança no trabalho para monitorizar as suas normas.-----

----- Na ação social, continuaria a ser promovida a interculturalidade e a integração social, assim como todos os programas de apoio e acompanhamento à população mais necessitada. Por ser uma área mais sensível, nem todo o trabalho tinha a mesma visibilidade. Era também um trabalho de colaboração e coordenação com as associações para potenciar a aplicação dos recursos e nesse sentido pretendia-se implementar o regulamento de apoio às associações.-----

----- Disse que os programas Praia/Campo eram um sucesso e a procura aumentava de ano para ano.-----

----- Quanto à educação, começou por agradecer o excelente trabalho da Vogal Gabriela Freire, que tinha sido muito importante e principalmente junto das escolas nas atividades extra curriculares e na componente de apoio à família. Conseguira-se delinear um plano de financiamento às entidades que estavam a dar apoio, para lhes dar estabilidade, apesar da Junta só receber as verbas muito mais tarde, mas conseguia mensalmente distribuir essas verbas.-----

----- Do mesmo modo solidificavam-se as relações com as entidades sediadas na Freguesia, promovendo a igualdade de oportunidades. Seria implementado um

programa de terapia da fala para eliminar as barreiras e promover a integração junto da população imigrante e seria dada continuidade às diversas atividades e projetos. -----

----- As parcerias no âmbito da saúde aliadas ao cartão “Mais Arroios” continuavam a ser alargadas. O apoio psicológico estaria disponível nos pólos da Junta e nas escolas. Estariam presentes na rua com rastreios à população e divulgação de hábitos saudáveis.

----- Relativamente à cultura, o sucesso do programa “Volta ao Mundo em Arroios” teria continuidade em 2016. A primeira edição tinha sido feita com base num financiamento do programa BIP-ZIP e ele seria continuado com o suporte financeiro da Junta. -----

----- A multiculturalidade das diferenças políticas, económicas e religiosas tão presentes na Freguesia seriam o tema do primeiro Arroios Film Festival, que pretendia também internacionalizar essa faceta de integração que Arroios proporcionava. -----

----- A biblioteca continuava a sua evolução e a chamar cada vez mais visitantes. A Freguesia teria outro equipamento que complementava e seria o centro de atividades culturais de uma forma mais dinâmica em Arroios, que teria a nave central do Mercado Forno Tijolo adaptada. -----

----- Quanto ao desporto, ao fim de tantos anos, a Freguesia teria em breve finalmente melhores condições para a prática da natação. Outros equipamentos desportivos seriam melhorados e os eventos em colaboração com a CML ou outras entidades também teriam continuidade. -----

----- As atividades de ocupação de tempos livres nas férias escolares tinham-se revelado um importante apoio às famílias e os seus programas motivavam uma procura crescente.

----- No espaço público, as escadarias seriam alvo de uma intervenção profunda. Estava-se a falar com a CML porque seria uma obra de grande dimensão, precisando de todos os apoios técnicos. Seria um financiamento da CML, com quem se teria que celebrar um protocolo. -----

----- Os passeios de algumas ruas também seriam sujeitos a intervenção com pisos antiderrapantes. Outros equipamentos seriam alvo de intervenção e esperava que finalmente as obras de recuperação do Largo do Leão fossem iniciadas. Era uma obra que dependia da CML e não da Junta. -----

----- Disse que estava definido o plano de proteção civil e a Junta atuaria como centro de operações de emergência. -----

----- A equipa da higiene urbana tinha sido reforçada e os novos equipamentos seriam adquiridos para melhorar os meios disponíveis, uma vez que muitos dos equipamentos recebidos aquando da transferência de competências já tinham ultrapassado o período de vida útil. -----

----- A recuperação efetuada nos mercados estava a gerar resultados muito positivos, quer na dinâmica dos próprios equipamentos, quer nas receitas para a Junta. Os mercados 31 de Janeiro e Forno Tijolo ainda precisavam de melhorias a serem efetuadas em 2016. As obras do Mercado de Arroios eram da responsabilidade da CML. -----

----- A Junta procuraria obter mais informação sobre o número de visitantes, para tomar decisões sobre a promoção dos próprios mercados e também que fundamentassem a revisão de taxas que se pretendia trabalhar no próximo ano. -----

----- Para promover o desenvolvimento económico e social seria implementado um plano de grelhas e roteiros de turismo e comércio e também seria implementado um projeto voltado para o empreendedorismo. -----

----- Vinham-se efetuando algumas alterações no âmbito da sustentabilidade, como era o caso da substituição de iluminação tradicional por leds em alguns equipamentos. Outros equipamentos seriam dotados com esses sistemas, mas queriam ir mais ao fundo dessa

questão e seria implementado por fases um programa de sustentabilidade mais abrangente.-----

----- O Orçamento Participativo de 2016 seria reforçado, alguns dos projetos seriam implementados ao abrigo de uma política de sustentabilidade, também dada a natureza dos próprios projetos que habitualmente eram apresentados. Os projetos do Orçamento Participativo 2015 tinham sido votados e eram implementados em 2016, uma vez que não tinha havido tempo para os implementar, mas o valor de 2016 seria superior ao de 2015.-----

----- Esperava conhecer mais em detalhe alguns números sobre a Freguesia através de um projeto que se esperava desenvolver com o Instituto Superior Técnico, para que as decisões a tomar no futuro pudessem ter uma base mais fundamentada e sustentada. ----

----- As vantagens associadas ao Cartão “Mais Arroios” seriam extensivas aos animais de companhia, procurando-se adicionar mais protocolos para garantir uma assistência a preços reduzidos para quem tinha dificuldades económicas.-----

----- Eram muitos os projetos e os recursos envolvidos e era preciso garantir os processos operacionais que permitissem materializar as ações descritas. Tinham uma norma de controle interno que tinha que ser assegurada pela execução de procedimentos e por isso era fundamental rever e se necessário implementar novos processos. Era o caso da implementação do novo sistemas de gestão que melhor respondia às necessidades.-----

----- A comunicação e o marketing continuavam a ser uma aposta para passar o valor que ia sendo criado em Arroios. Era uma estratégia do Executivo, que considerava essa aposta um investimento. Arroios passara a ser uma fusão de três Freguesias, cada uma tinha identidade própria, nem todas marcantes na população, mas cada uma continha a sua identidade e era preciso que as pessoas percecionassem a nova Freguesia de Arroios, que reconhecessem os valores dessa nova Freguesia.-----

----- Existiam zonas da cidade que tinham sido recuperadas mas quem estava fora ou conhecia mal a zona ainda tinha uma perceção negativa e era isso que se estava a fazer, a criar uma imagem positiva, atrativa e dinâmica, assente na diversidade e na multiculturalidade.-----

----- Esperava-se que quem vivia conhecesse mais do dia a dia e que pudesse referenciar a sua Freguesia. Do mesmo modo, quem estava fora que sentisse curiosidade, que recebesse mais informação para passar a conhecer Arroios, ou que pelo menos mudasse a sua opinião e pudesse vir a visitar ou a fixar-se, como residente ou como investidor e contribuir para o desenvolvimento social, económico e cultural da Freguesia.-----

----- Usavam-se diversos canais para chegar às pessoas e já se tinha falado da TV mas existiam as redes sociais e os suportes em papel. Esperava-se que esses canais de contacto e promoção de Arroios, tanto a TV como a revista, também representassem receitas para o Orçamento da Freguesia, por exemplo através da participação em conteúdos da TV e publicidade na revista.-----

----- Aproveitava para fazer já uma breve introdução ao Orçamento e, falando em números, as receitas eram na ordem dos 4.984.748 euros, aos quais correspondiam despesas correntes de 4.386.342 euros e as despesas de capital, investimento, de 598.406 euros.-----

----- Cada área tinha agregada a si as despesas de investimento, quando antes estava tudo centralizado numa única área. Era um Orçamento mais detalhado que os anteriores, com quatro grandes áreas e em cada área as respetivas orgânicas. As áreas eram a administração autárquica, social, economia e espaço público. Dentro da administração autárquica havia a administração geral, comunicação e imagem e marketing e as novas tecnologias. Na área social era a educação, os serviços de saúde, a ação social e a

higiene urbana, cultura e desporto. Na economia estava o comércio e mercados, o licenciamento. No espaço público estavam os espaços verdes, espaço público e reabilitação urbana. -----

----- Com base nas quatro áreas a despesa distribuía-se da seguinte forma: 48% na área social, 24% na administração autárquica, 16% no espaço público e 12% na economia. --

----- Existia também um detalhe sobre as Grandes Opções do Plano e no Orçamento individualizara-se a comunicação e imagem e marketing, apesar de ser transversal às diversas áreas. A despesa também se encontrava de forma individualizada. -----

----- As receitas próprias estavam a ser aumentadas, que provinham maioritariamente dos mercados, do parque de estacionamento, da piscina e dos diversos serviços prestados pela Junta, bem como do licenciamento, em que se estava a cobrir muita mais área do que a que tinha sido no passado. A área não tinha aumentado, estava-se era a fazer um trabalho de fiscalização maior. -----

----- Havia também receitas de protocolos a assinar com a CML, como era o caso das obras na piscina em que se esperava uma participação da CML, uma vez que era um equipamento que servia a Freguesia de Arroios e outras adjacentes. Também no caso da plantação de árvores e na destruição de cepos, que era uma responsabilidade da Câmara e tinha sido efetuado pela Junta. -----

----- A distribuição da receita era de 76% em transferências correntes, 10% em venda de bens e serviços prestados, 12% em taxas, multas e outras penalidades. -----

----- De uma forma muito resumida, apenas concluir que havia muita coisa para fazer, já se tinham feito muitas coisas e nem sempre seria fácil a aprovação de todos sobre o trabalho que havia pela frente mas a Junta estava preparada para assumir alguns riscos. Por exemplo o marketing e a comunicação eram sempre vistos de uma forma diferente.

----- O Executivo seria avaliado no final e esperava que fosse positivo. Até ao momento considerava ser um resultado positivo e havia sempre margem para melhorar. -----

----- **Membro Nuno Vitoriano (PSD)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa, solicitou à Senhora Presidente da Mesa que as intervenções nos pontos da ordem de trabalhos fossem feitas pela representatividade que as forças políticas tinham na Assembleia de Freguesia. Por exemplo, se o PS quisesse intervir nesse ponto, que fosse o PS o primeiro a falar e por aí sucessivamente. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que tinha sido norma na Assembleia falar por ordem de inscrição. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que não tinha qualquer problema em falar depois ou antes, porque antes ou depois diria sempre o mesmo. -----

----- Sobre o Plano de Atividades, a primeira referência era que tinha sido entregue um Plano de Atividades e um Orçamento para dar o contributo. Tinha sido sugerida uma reunião à qual o PCP respondera que não podia estar presente por diversos motivos e um deles era a análise que tinham que fazer do documento, não sendo possível fazê-lo no prazo para a reunião. No entanto, tinham entregue os contributos e o parecer sobre o Plano. -----

----- Agradeceu o facto de ter recebido as respostas do Executivo aos contributos. -----

----- Lendo o Plano de Atividades e na sequência dos contributos dados, verificava-se que só incluía algo no eixo social que tinha a ver com o regulamento de apoio às associações. No entanto, considerava que isso estava incompleto, porque o que se tinha sempre reivindicado era um regulamento de apoio local que definisse as condições de financiamento e de contratualização através de contratos/programa para as coletividades e instituições que desenvolviam atividades sociais, culturais e desportivas na Freguesia.

----- Depois, mesmo lendo a resposta que fora dada sobre os contributos e que pensava serem importantes que estivessem no Plano de Atividades, considerava que o Plano de

Atividades deveria referir a posição do Executivo e como pretendia atuar perante algumas situações importantes para a Freguesia, que exigiam uma intervenção urgente das autoridades competentes a uma posição firme na defesa dos interesses dos fregueses e dos utentes.-----

----- Era o caso da Escola Secundária Camões, da Colina de Santana, da defesa da 10ª Esquadra, dos transportes públicos e acessibilidades na Freguesia, nomeadamente sobre a alternativa de transporte que servisse a Rua Damasceno Monteiro e as acessibilidades na linha verde do metro de Lisboa.-----

----- Na resposta dada falava-se que estavam a tratar desses casos e que o Executivo tinha isso presente, só que o Plano de Atividades deveria refletir, deveriam lá estar mencionados. Eram grandes assuntos e não eram só para os fregueses da Freguesia, muitos deles tinham a ver com todos os moradores da cidade e até outros.-----

----- Havia ainda outras questões por esclarecer. O PCP tinha recebido um Plano para se pronunciar e entretanto recebera um em definitivo e verificava-se que era igual na sua maior parte, sofrendo uma melhoria na sua apresentação, na sua estrutura e na sua organização. Onde tinha havido algumas introduções era na área social, alínea f), na educação, alínea n), no espaço público a introdução de ações de formação para um melhor manuseamento de novos equipamentos, na comunicação estava mais desenvolvido e organizado. Parecia ter havido uma falha na parte da Biblioteca de São Lázaro, faltava o objetivo três.-----

----- Nos recursos humanos não era explícito qual o tipo de procedimento de contratação e para que fim, nem qual a intenção e a forma de regularizar a situação precária de alguns trabalhadores.-----

----- Não era esclarecedor o que se pretendia com o encontro anual “Saberes Arroianos”. Dizia-se que era um encontro de saberes, de conhecimentos, mas gostaria de saber que mais valia isso podia ter.-----

----- Quanto à ação social, não havia referência quanto à resolução/minimização das situações das pessoas portadoras de qualquer tipo de deficiência, como acessibilidades, apoio domiciliário, transporte e acompanhamento. Esse era um dos contributos que o PCP tinha feito, porque essa questão tinha sido colocada por alguns moradores, pessoas que tinham esse problema e que perguntavam o que a Junta teria para oferecer.-----

----- Na educação nada era referido quanto à promoção junto da comunidade escolar. Pensava que seriam feitas algumas reuniões junto da comunidade escolar, mas tinham por exemplo colocado a questão de estar pouco público na Assembleia e essa coisa da educação começava logo nos jovens. Portanto, colocava-se essa questão, se era junto das escolas a falar sobre poder local, cidadania, ética, responsabilidade social e outros assuntos importantes que deviam ser falados e quanto mais cedo melhor.-----

----- Quanto à saúde, não era especificado que tipos de rastreios estavam previstos. Falava-se em rastreios à população, mas não sabia que tipo de rastreios e a que população.-----

----- No espaço público e higiene urbana estava a melhoria das acessibilidades e da limpeza, ações de sensibilização junto da população e comerciantes a fim de evitar o depósito de lixo nas ruas, nos recantos, nas caldeiras, nos ecopontos, etc. Nada era referido para a solução da limpeza dos parques infantis, nomeadamente do Jardim Constantino.-----

----- Na área dos animais de companhia voltava a perguntar a razão do “dia do porquinho da Índia”.-----

----- **Membro Júlio Sequeira (CDS-PP)** começou por informar que pelo terceiro ano consecutivo o CDS propusera o fundo social de Freguesia, um fundo de combate à pobreza, de reforço da inclusão e de coesão social, um fundo de carácter transitório de



apoio social aos agregados familiares mais carenciados, instrumento rápido e eficaz para acorrer a situações concretas de maior dificuldade.-----

----- Na proposta do CDS seria composto por 5% do valor do Orçamento, evidentemente excluídas as verbas respeitantes aos protocolos de delegação de competências entre a CML e a Junta de Freguesia de Arroios. -----

----- Também pela terceira vez consecutiva essa proposta era recusada. A Senhora Presidente da Junta tinha prioridades distintas, todas seguramente legítimas, mas que levavam a questionar se esse fundo não seria necessário.-----

----- Dava um exemplo que não era sectário, de uma Junta de Freguesia socialista, Alvalade. Em Alvalade esse fundo existia, proposto pelo CDS e aceite pelo Executivo cumpria a função para a qual fora criado, mas também permitira que durante a atual crise de refugiados essa Junta de Freguesia cativasse imediatamente a quantia de 50 mil euros para providenciar apoio imediato aos refugiados que chegassem a Lisboa. Uma atitude exemplar de um autarca que não só se preocupava, como estava preparado para antecipar soluções e dar resposta aos problemas. -----

----- Perguntou o que acontecia em Arroios, esse lugar desejado, delimitado por panos encardidos, onde a Presidente Margarida Martins praticamente não conseguia dizer uma frase sem a palavra “multiculturalidade”, que propostas tinha para ajudar os refugiados sírios. Pelo que pudera saber e estava na imprensa eram duas, uma sobre a hipotética disponibilidade de habitações que não estavam sob a sua tutela. Fazer propostas com o património dos outros era fraco. A outra, pudera ler a que a Junta de Freguesia de Arroios apoiava uma iniciativa privada onde 50% da venda de gelados biológicos e a troca de uma bola de gelado por um saco de roupa ou alimentos revertia para o fundo de refugiados. -----

----- A mesma notícia dizia que “o drama dos refugiados tem sido tema da ordem do dia no palco mediático e por isso a Junta de Freguesia de Arroios uniu-se a esta iniciativa que pretende ajudar a criar bases para a vinda de refugiados, de forma a haver sustentabilidade na sua vinda”. Portanto, nem sequer a iniciativa era sua. -----

----- Perguntou se a Senhora Presidente da Junta apoiava uma bola de gelado. Isso não era apoio, o vocábulo estava errado, isso era parasitar a solidariedade e a boa vontade alheia. Não organizava, não contribuía, mas estava na primeira fila mediática para recolher os louros. Só quem não tivesse vergonha assumia e reivindicava desse oportunismo político, quando desde sempre recusara iniciativas e ferramentas que podiam de uma forma eficaz acudir à urgência de quem realmente necessitava, como seria o fundo social de Freguesia. -----

----- Com um Orçamento de milhões não tivera um euro solidário. Para a Senhora Presidente da Junta o pluralismo cultural, o multiculturalismo, não ia além de festas e borga. Era uma política de vistas curtas, o que vindo da Senhora Presidente da Junta não surpreendia de todo. Tinha sido uma oportunidade perdida de adequar a prática com o discurso, deixara-a passar e sobre essa coerência também estavam esclarecidos.-----

----- Como se podia observar, o Orçamento tinha outras prioridades que não acompanhava, como demonstrava por exemplo a verba atribuída àquilo que era um verdadeiro ministério da propaganda. A Junta tinha inscrito no seu Orçamento uma quantia de 226 mil euros para marketing e publicidade. Um verdadeiro monstro efémero, papel pintado e uma televisão fantasma que nem sequer estava presente para transmitir a Assembleia de Freguesia, mas que ocupava doze pessoas e praticamente tocava um quarto de milhão de euros por ano. Um desperdício de recursos humanos e dinheiro dos contribuintes.-----

----- Não estavam certamente perante aquilo que era o domínio e a vocação de uma Junta de Freguesia, pelo que esse gasto obsceno, para além de merecer o repúdio do

CDS, devia ser objeto de denúncia pública para que os fregueses em particular e os portugueses em geral tivessem a noção do que era má despesa pública em Arroios e também de quem a praticava. -----

----- **Membro Joana Chouriço (PS)** disse que todos tinham falado de beatas e esplanadas e gostava que tomassem como iniciativa sua o projeto que lançara de “cinzeirão, cada lixo no seu lugar”. -----

----- O projeto tinha sido votado pela população e convidava quem estivesse interessado em participar nessa iniciativa como se fosse sua. No dia seguinte, por volta das 17 horas, estaria no Mercado de Arroios para fazer a campanha desse projeto e gostaria que fosse a população a falar do projeto, que tinha 5 mil euros para serem gastos nos cinzeiros e o resto do dinheiro seria em sacos de pano. Disse que uma beata entupia os esgotos e podia matar uma criança, como podia matar um peixe. Convidou todos a participar no projeto.-----

----- Informou que 2016 era o ano internacional das leguminosas, que era muito importante para a sustentabilidade, e o ano europeu do desperdício alimentar. -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** disse que, quanto ao Plano de Atividades, no espaço público e higiene urbana, acessibilidades no território tinham a ver com quinze escadarias e gostaria de saber quais as escadarias que iriam ter intervenção, principalmente para sossegar alguma população da Pena. -----

----- Em relação à Rua Dona Estefânia, espaço contíguo ao hospital, não sabia se seria um espaço onde havia uma colónia de gatos e, se fosse, gostava de saber o que iria acontecer à colónia.-----

----- Tinha algo mais para dizer em relação aos animais de companhia, porque se era salutar existir um plano de atividades para animais de companhia, também levantava algumas questões por causa de algumas lacunas. Um parque vedado para passear animais sem trela, perguntou onde. Parecia-lhe que no Plano de Atividades já deveria estar o espaço, porque desde que fora eleito o PAN, cada vez que se colocava essa pergunta o Vogal Rui Cordeiro respondia sempre que estava em conversações com a Câmara Municipal.-----

----- Ficava muito contente por haver já um projeto para o tal parque, mas a localização desse parque já deveria estar no Plano de Atividades, o que a levava à leitura da entrevista publicada no Jornal de Arroios de novembro, de que passava a ler um excerto: “É uma das linhas de ação que queremos fortalecer, é o elo entre as pessoas, os animais e a natureza. Penso que o temos feito ao longo dos últimos dois anos e vamos continuar a fazê-lo para os próximos dois”. Perguntou quem era o “nós”, se era o PAN a nível nacional ou o eleito juntamente com o Executivo. A expressão “penso” também não podia estar correta.-----

----- Perante um documento objetivo, as ações executavam-se ou não. Perguntou quanto custaram e que consequência tiveram. Se não se tinham executado, a razão de não se terem executado. Perguntou ainda quantas foram aprovadas em sede de reunião de Executivo. -----

----- “Combater o abandono dos animais”, queria saber de que forma, que medidas iriam ser feitas. “Duas datas”, saber que datas eram essas. -----

----- “Divulgação de apoio às associações ligadas à adoção de animais”. Saber que associações eram essas e quais os critérios da sua escolha.-----

----- Abrindo um parêntesis, lamentou que o Plano de Atividades não fosse extensivo a animais que não eram considerados de companhia mas que se podiam caracterizar como animais comunitários, como as colónias de gatos. -----

----- Sugeriu campanhas de vacinação e mesmo licenciamento ou registos. Na Freguesia vizinha de Santo António, onde não existia um eleito do PAN, estava a decorrer uma campanha “para registar o seu animal”. -----

----- A campanha era de extrema importância no combate contra doenças transmissíveis aos humanos, pois era obrigatória a vacinação para registar o animal, como todos sabiam. -----

----- Os documentos que lhe tinham sido facultados do Ministério de Estado e das Finanças, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, de 17 de dezembro de 2003, nesse documento verificava-se que essas doenças estavam a aumentar. Não sabia se essa tendência já teria sido invertida e, portanto, essas campanhas eram de extrema importância. -----

----- Abrindo outro parêntesis, referiu os documentos facultados gentilmente pelas funcionárias do pólo da Pena, quando a ajudaram a desatar o nó burocrático aquando da licença do seu canídeo na área de residência, na Pena. -----

----- Finalmente, voltava a perguntar a razão de ser o “porquinho da Índia” e não outro animal, como o dragão de komodo, ou os piriquitos. Com seis anos, alguns já deviam entrar no escalão sénior. Pelas suas contas esse evento transitava do mandato anterior, do Presidente Grave. -----

----- Disse que seria um casamento perfeito entre competências a colocação de papeleiras, incentivando as pessoas a apanhar os dejetos dos seus animais. -----

----- **Membro Nuno Vitoriano (PSD)** disse que tinham recebido por e-mail alguns comentários às notas de direito de oposição nas audiências com o Executivo da Junta de Freguesia. As medidas do PSD, para além de na maior parte não terem sido enquadradas no Plano de Atividades, parecia-lhe que nem sequer tinham sido entendidas. -----

----- Uma vez que estavam a falar de animais, o PSD tinha proposto uma campanha de sensibilização para os dejetos dos animais no espaço público e a Junta respondera com pombos. Geralmente, quando se falava de dejetos no espaço público eram de cães e aquilo que queria, tão simplesmente, era que a Junta de Freguesia fizesse um kit para oferecer às pessoas que tinham o seu animal registado na Junta e uma promoção sobre isso. -----

----- Em relação à edição do guia de comércio na Freguesia, era comércio e não tinha nada a ver com turismo, que eram duas atividades económicas diferentes. O que se queria com isso era que as pessoas tivessem em casa um guia do comércio com a relação de todos os estabelecimentos existentes na Freguesia, para os eleitores saberem que tipo de comércio tinham e onde podiam ir, evitando o estarem sempre a recorrer às cadeias de distribuição e saindo da Freguesia. -----

----- O PSD tinha proposto outras medidas, como a criação de um centro comunitário de explicações para disciplinas até ao 12º ano. Isso era pôr na Junta de Freguesia uma função de uma instituição do Estado com preços mais baixos, concorrentes ao preço do privado, para que as pessoas com menos possibilidade de recorrer ao privado pudessem recorrer à Junta de Freguesia e não a participação num programa “Intervir para o Futuro”, já existente. -----

----- Referiu que karaté e judo eram duas modalidades desportivas diferentes, embora tivessem origem no mesmo país, no Japão. -----

----- Relativamente à criação do guia turístico e gastronómico da Freguesia e a promoção de um festival gastronómico, o modelo que a Junta propunha nos seus comentários parecia ser bastante assertivo. A ideia era fazer uma espécie de competição para que as pessoas pudessem conhecer e frequentar os restaurantes da Freguesia. -----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)**, começando por se referir ao pedido do Membro Nuno Vitoriano sobre as intervenções na Assembleia de Freguesia serem feitas pela ordem de representação dos partidos políticos, recordou que as intervenções tinham sempre sido feitas pela ordem de inscrição. Os Membros dos outros partidos políticos que não usavam do direito de intervenção, isso não era por nenhuma limitação imposta pela Mesa da Assembleia, era ausência de vontade dos próprios em fazê-lo. -----

----- O pedido para que as intervenções fossem hierarquizadas de acordo com a representação de cada um dos partidos parecia limitadora da democracia, uma vez que o exercício da liberdade de intervenção sempre fora amplo e abrangente para todos. Os elementos do PCP e do BE usavam de uma forma mais frequente nas Assembleias de Freguesia porque assim decidiam, mas estava aberto a todos. Nunca tinha havido nem parecia que viesse a haver alguma limitação à intervenção dos restantes Membros da Assembleia de Freguesia. -----

----- Disse que na sua intervenção inicial esquecera de agradecer à Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia o envio do relatório da Comissão Social de Freguesia, um pedido que tinha feito em Assembleia anterior. Ainda não tivera tempo para ler detalhadamente mas agradecia bastante, porque permitiria ter uma noção mais clara da intervenção social na Freguesia. -----

----- Em relação ao Plano de Atividades, começava por referir uma coluna que parecia bastante importante no eixo ação social, “Arroios, uma Freguesia inclusiva e participativa”. No objetivo 2, onde se dizia “promover a aceitação da multiculturalidade e da diferença”, a parte da diferença estava pouco desenvolvida. -----

----- Ainda tinham muito caminho a fazer relativamente à acessibilidade. Ainda havia zonas onde a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida era muito difícil e tinham que pensar nisso. -----

----- Outro aspeto referente à acessibilidade era a população invisual. Muitas vezes se esqueciam da posição em que as sinaléticas estavam nos postes, colocadas para quem podia ver e muitas vezes os invisuais batiam nelas. Portanto, tinham que pensar na acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida mas também dos invisuais, que muitas vezes tinham pequenos acidentes com obstáculos que, estando elevados do solo, estavam numa posição que eles não conseguiam identificar. -----

----- Relativamente à cultura e ao desporto, referiu-se ao projeto financiado pelo programa BIP-ZIP, o “Volta ao mundo em Arroios em 11 meses”. No objetivo 2 dizia que “daremos continuidade ao sucesso atingido pelo projeto”. Gostava de partilhar a sua reflexão sobre esse projeto, considerando que tivera um impacto extremamente importante na Freguesia porque tinha aumentado a visibilidade de alguns grupos populacionais que habitavam a Freguesia. No entanto, considerava que esse projeto, e daí querer ter mais esclarecimentos, se limitara ao aumento de visibilidade. Não sabia se teria contribuído para melhor compreensão das pessoas que pertenciam a essas comunidades. -----

----- Esse aspeto era extremamente importante, tinham que encontrar estratégias que permitissem uma convivência equilibrada entre as populações que compunham a Freguesia e isso passaria não só pelo acolhimento feito de uma forma centrada num conjunto de critérios, mas também por um reconhecimento do outro e que não passava só pela manifestação da sua atividade cultural, mas também pela sua representação política e em espaços de tomada de decisão, o que ainda não acontecia. -----

----- Tinham que pensar nessa forma de acolhimento, que permitisse um alargamento da representação das populações. -----

----- Ainda no ponto da cultura e desporto, não conseguia entender o pólo cultural de Arroios. Ele seria criado no Mercado Forno Tijolo e era aberto a todo o movimento

cultural e artístico que promovesse um programa de eventos culturais. Não conseguia compreender como seria implementado esse pólo cultural, quais os seus objetivos e como seriam concretizados. -----

----- No comércio e mercados faltava um objetivo que na sua opinião devia ser o primeiro nessa parte, que era aumentar a transparência e a participação dos cidadãos da Freguesia no licenciamento. Esse assunto já tinha sido discutido várias vezes, considerava e continuava a defender que se queriam uma comunicação da Freguesia eficaz, que chegasse a todos, tinham que encontrar mecanismos para que isso fosse realmente concretizado. -----

----- O licenciamento, a abertura de concursos, a contratação e outros assuntos relacionados deviam ser alvo de uma publicitação clara, meios acessíveis a todos. Essa publicitação podia ser feita nos espaços existentes na Junta de Freguesia. Não concordava que bastassem os editais do concurso público para que esse conhecimento fosse alcançado e também não concordava que se devesse resumir às atas onde foram deliberados os concursos. -----

----- Continuava a achar e a defender que deviam ser publicitados de uma forma clara nos mupis da Junta de Freguesia, no site da Junta de Freguesia, ou então colocar informação que permitisse o acesso rápido aos tais editais e atas. -----

----- Isso iria criar uma relação muito mais transparente e fluída entre os candidatos aos licenciamentos e a outras áreas, permitindo aumentar a transparência e tornar a Freguesia de Arroios mais uma vez vanguardista. Tinha-se dito que iria haver um enfoque no empreendedorismo e esse seria um aspeto que permitia maior facilidade no acesso à informação. -----

----- Havia muitas pessoas a dizerem-lhe que a informação de alguns concursos na Freguesia eram de difícil acesso. Isso podia ser simplificado, tornar a informação muito mais clara e com benefícios para todos. -----

----- Disse que passado um ano sobre a existência das duas revistas, a “Arroios Magazine” e a “Ar”, era possível que também fosse incluído um balanço do impacto que essas publicações tiveram na divulgação da imagem da Freguesia. Uma vez que se considerava que a comunicação poderia levar a uma nova leitura da Freguesia, era importante saber se isso estava a acontecer com as estruturas já existentes. -----

----- Ainda sobre os animais de companhia, faltava a proposta de criação de uma casa de banho para cães, que era muito importante. -----

----- **A Secretária da Junta, Ana Santos** disse que havia de facto um erro porque não eram quatro e sim três objetivos. -----

----- Relativamente aos “Encontros de Saberes Arroianos”, tratava-se de um encontro anual que pretendia reunir os responsáveis pelas unidades orgânicas para, em conjunto e de forma informal, trabalharem questões de pontos fortes e fracos da instituição e cada um partilhar aquilo que aprendera e as suas dificuldades. Tinha como meta alicerçar a identidade de Arroios. -----

----- Dois anos parecia muito mas era pouco para a mudança de mentalidades e esses encontros iam consolidar todo um saber e todo um conhecimento e também essa identidade que era fundamental. Ao fim de dois anos, apesar de tudo correr muito bem, ainda havia pequenas diferenças mas que eram muito importantes serem banidas e a finalidade desse encontro era essencialmente essa, de uma forma informal poderem-se ajudar e resolver questões que muitas vezes no dia a dia, que era muito pesado, era difícil. Num encontro ao fim de semana era mais fácil essas questões serem colocadas e com alguém de fora que fosse dar um certo apoio em termos de formação, mas sobretudo com enfoque nas pessoas que estariam nesse encontro e que iriam beneficiar no dia a dia. -----

----- Disse que o Membro Fernanda Lacerda seria a pessoa que mais estava por dentro das Leis, porque o PCP era um partido de defesa dos trabalhadores. Portanto, para si, o facto de existir uma proposta de mapa de pessoal onde se dizia o que se pretendia, ela acabava por colmatar essa questão. Sabendo que essa pergunta iria ser feita, decidira escrever para ser mais precisa e demorar menos tempo. -----

----- Só agora estavam habilitados a fazer uma análise substantiva sobre a organização e desse modo ter capacidade para tomar decisões estruturantes. Essas questões prendiam-se com tudo aquilo que tinha dito decorrente do encontro. -----

----- Tinham herdado três questões bem distintas, três Juntas absolutamente assimétricas. Uma era muito bem organizada e não lhe custava dizer isso, que era os Anjos. Não tinha problema em dizê-lo e lamentava que ninguém da Assembleia fizesse um elogio ao fim de dois anos sobre qualquer coisa que tivesse havido de inovador, mas realmente Anjos estava bem organizado. Em termos de vínculos, não tinha os vínculos que se pretendiam, estava longe daquilo que eram as ambições e convicções. -----

----- Em contrapartida, São Jorge estaria menos organizada mas defendera os seus trabalhadores e todos eles estavam no quadro, o que era realmente um paradoxo. -----

----- A Pena não tinha problemas, era um grupo muito reduzido e não causara qualquer situação de constrangimento. -----

----- Depois de consolidados os dois anos, depois de terem observado todas essas situações e depois de haver a delegação de competências, a qual só se completara em janeiro, passados dois anos de mandato estavam à vontade para executar o organograma e detalhadamente olhar para cada unidade orgânica e perceber onde tinham que apontar. -----

----- O que se pretendia com os procedimentos concursais era um ato de gestão que assentasse por um lado em dar estabilidade ao quadro de pessoal e, por outro, iniciar um processo de mudança de paradigma, passando de trabalhadores com vínculo precário a um vínculo permanente e garantindo a todos os trabalhadores os seus direitos. -----

----- Esse era um ponto que distinguiu fundamentalmente dos anteriores Executivos e não dizia isso com superioridade nenhuma, porque isso era um facto e os factos falavam por si. A prioridade era e seria sempre as pessoas e por isso estavam a fazer a mudança de paradigma. -----

----- Disse que os procedimentos concursais eram aquilo que toda a gente sabia, concursos externos abertos a todas as pessoas que o quisessem fazer e que iriam incidir em três áreas: assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores. Ocupariam lugares já definidos porque o Executivo queria ter no fim do mandato um quadro de pessoal permanente e com vínculo adequado, até porque isso tinha a ver com a forma de estar e os direitos das pessoas, sobretudo a garantia do trabalho que era essencial para as pessoas. -----

----- **O Vogal da Junta, Rui Cordeiro**, começou por agradecer a proposta do Membro Nuno Vitoriano, que se enquadrava exatamente no plano que tinha pensado com o cartão “Animais Arroios”. -----

----- Sobre a oferta no registo do cão, com o registo do animal na Junta de Freguesia de Arroios iriam oferecer uma pequena prenda, um acessório para a trela com saquinhos de plástico que o dono usaria para limpar os dejetos. -----

----- Tinha-se criado o cartão com uma série de descontos com os comerciantes que tinham casas de animais e para as pessoas que não tivessem possibilidade de aceder a um veterinário poderem ir com os animais a uma clínica veterinária sem pagar nada. --

----- Isso não estava no Plano de Atividades, estava apenas pensado o cartão “Animais Arroios” mas não estava detalhado porque estava-se a acabar um estudo do existente na Freguesia, para se poder lançar esse cartão ainda no primeiro trimestre. -----

----- Voltou a agradecer ao Membro Nuno Vitoriano por ir de encontro às ideias. Nesse caso não havia ideologias, a sua ideologia estava acima de partidos, era estar com as pessoas quando se apresentavam essas propostas. -----

----- Em relação às casas de banho para animais, no tempo do Cal Gonçalves tinha sido criada a primeira e única casa de banho para cães e que, segundo sabia, tinha um uso muito fraco, para não dizer nulo. Na altura do Presidente João Grave também tinha proposto fazer-se uma outra casa de banho, mas não havia intenção da população aceder a essas casas de banho, não havia sequer interesse de levarem lá os animais e os custos seriam bastante elevados em relação à procura. -----

----- Não havia vontade de fazer isso porque a população não procurava essas casas de banho. Normalmente quem ia passear um cão, fazia no chão e as pessoas apanhavam, não iam diretamente às casas de banho. No entanto, a ideia estava dada e se achassem um local aprazível para fazer isso, não se importava de propor essa ideia.-----

----- Relativamente aos “porquinhos da Índia”, sabia que estavam numa Junta multicultural e os porquinhos até eram da Guiné. Recordou que uns anos antes, no Executivo PSD e CDS, tinha proposto ao João Grave que criasse o dia do porquinho da Índia porque fazia parte do clube dos porquinhos da Índia e achara engraçado levar-se para a Junta de Freguesia, onde não havia nada sobre animais, um evento com animais. -----

----- Tinham acedido a isso sem custas para a Junta, apenas a cedência do espaço. Surpreendia-o que levantassem essa questão, porque se calhar nunca tinham acompanhado esse evento, ou teriam visto a evolução ao longo dos anos e cada vez atraindo mais pessoas, principalmente mais crianças. -----

----- As pessoas iam lá ver os animais, interessavam-se e adotavam. Levava lá crianças da escola e muitas adotaram porquinhos da Índia. -----

----- Era uma promoção da Junta, porque não era um concurso da Freguesia e sim nacional e internacional, onde havia júris de outros países a entregar prémios internacionais. -----

----- Havia publicações sobre esses temas em que referiam a Junta de Freguesia de Arroios, antes era a Junta dos Anjos, e era mais uma forma de promover a Junta sem qualquer custo que não fosse a utilização do espaço e a eletricidade.-----

----- Podia ser sobre cangurus, ratazanas, etc., mas o porquinho da Índia era o animal que tinha na altura e tinha conhecimento dessa área na altura. Estava disponível para ouvir propostas sobre outros animais que quisessem fazer. -----

----- Quanto à Membro Ana Mirra, que falara sobre o jornal da Junta de Freguesia e questionara o que fora feito em dois anos e questionara em relação ao PAN, mas toda a gente sabia as siglas, Pessoas Animais e Natureza, não eram só animais.-----

----- Tinha proposto e criara-se um novo pelouro, mas existia já a natureza e espaços verdes e durante dois anos tinham-se feito bastantes coisas nessa área. Não valia a pena estar a repetir o que tinha sido feito porque era do conhecimento, em todas as Assembleias de Freguesia falaram sobre isso. -----

----- Embora as pessoas tivessem pelouros, as ideias eram partilhadas em comunidade. -----

----- **O Vogal da Junta, João Veríssimo**, em relação às escadarias, disse que de facto no Plano de Atividades aparecia o número 15 e aparecia o conceito de escadarias. A responsabilidade de não se terem alongado muito era essencialmente sua, porque essa iniciativa era viável através do protocolo de delegação de competências com a CML. Gostava de ser objetivo nas Assembleias de Freguesia e de facto o protocolo ainda não tinha sido celebrado. Havia a expectativa também dada pelo Senhor Vice Presidente da Câmara, que essa formalização seria a muito breve trecho. -----

----- A ideia era reabilitar as escadarias e dotá-las de condições mínimas de segurança, era conferir-lhes um pouco mais de nobreza e de durabilidade, tentando não apenas

executar as reparações de calçadas, que era tapar buracos e por melhor que trabalhassem seriam sempre limitadas. Era criar um espaço público para algumas dezenas de anos com o mínimo de qualidade e de condições. -----

----- As escadas eram todas confinantes com imóveis, as pessoas usavam para chegar a casa e tinha havido algumas quedas. Escadas que abrangiam toda a Freguesia e podia enumerá-las: Travessa das Amoreiras a Arroios, Travessa João Vaz, Rua Ilha do Pico, Rua Cidade de Liverpool, Rua Cidade de Manchester, Beco do Petinguim, Largo do Conde Pombeiro, Rua do Sol a Santana, Escadinhas da Porta do Carro, Rua de Martim Vaz, Calçada Nova do Colégio, Travessa de Santana, Travessa Gaspar Trigo, Escadinhas da Calçada de Santo António, que deveriam ser feitas em colaboração com a Freguesia vizinha, e Escadinhas do Monte. -----

----- **O Vogal da Junta, Fernando Ricardo**, começou por agradecer ao Membro Nuno Vitoriano o contributo que tinha dado para o Plano de Atividades, nomeadamente a referência ao guia do comércio da Freguesia com a relação de todos os estabelecimentos da Freguesia. Era uma ideia que poderia ser aproveitável. O facto de não constar do Plano de Atividades não significava que a ideia não fosse acolhida. -----

----- Iriam estudar o assunto e procurar viabilizar a ideia, que parecia positiva. -----

----- Em relação a aumentar a transparência no concurso para os licenciamentos, essa preocupação já existia e iria tornar-se advogado dessa causa dentro do Executivo, porque era uma causa que valia a pena. Ficava uma palavra também nesse sentido. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** começou por lamentar as palavras ofensivas do Senhor Júlio Sequeira, mas já estava habituada a elas e não iria responder porque teria que ser bastante ofensiva, o que não ficava bem na Assembleia de Freguesia. -----

----- Em relação aos refugiados, informou que tinham acontecido reuniões com a ACIDI e com a Câmara Municipal. Não era um assunto só da Junta, estavam incorporados com outros grupos de trabalho e não era a Junta que tinha esse pelouro. -----

----- Se as pessoas do movimento associativo ou das empresas propunham vender gelados ou outra coisa qualquer a favor da população, isso não era ofensivo. Eram comerciantes e eram pessoas que estavam empenhadas a fazer qualquer coisa e que a Junta também apoiava. -----

----- Quanto à colónia de gatos da Rua Dona Estefânia, a Membro Ana Mirra podia estar tranquila porque eles passavam bastante para o jardim do Hospital Dona Estefânia. Disse que a Junta tinha ligação com todas as pessoas que trabalhavam com as colónias de gatos na Freguesia. -----

----- Em relação aos rastreios, não tinha isso de cor mas tinham-se feito aos diabéticos, à hipertensão e outros. -----

----- Referiu que o cartão “Mais Arroios” era divulgado através das farmácias e podia dizer que no ano corrente fora atribuído a 256 novas pessoas, abrangendo apoio alimentar, zero desperdício, consulta jurídica, apoio na medicação, consulta de psicologia, isenção em atividades promovidas pela Junta. Conforme as necessidades das pessoas, assim era feito. -----

----- Sobre o gabinete de ação social, durante o ano tinham sido apoiados 348 agregados familiares. -----

----- No projeto “Arroios Consigo” havia uma média de 151 transportes por mês a pessoas com mobilidade reduzida, para irem ao hospital, irem a consultas e deslocarem-se em diversas áreas. -----

----- No apoio alimentar havia uma resposta conjunta com o Centro Paroquial de São Jorge de Arroios, com os bairros da Pena, etc. -----

----- Quanto ao zero desperdício, havia uma média de beneficiar 54 indivíduos por mês, sem contar com outros apoios à população. -----



----- Havia 133 utentes por mês beneficiários do apoio à farmácia. -----  
----- No apoio jurídico tinha havido 156 utentes ao longo do ano. -----  
----- Nas consultas de psicologia estavam a ser acompanhados oito utentes nos gabinetes de psicologia. -----  
----- Continuava-se com o apoio da “Renda Habitação”, apoio do mês de caução, despesas de água e equipamento educativo.-----  
----- A Academia Sénior estava com uma participação nos passeios com cerca de 150 pessoas, tinha 92 inscritos num total de 29 disciplinas. -----  
----- Tinham ainda a pintura matérica, o atelier criativo, as aulas do movimento sénior com 75 alunos.-----  
----- Estava-se a trabalhar no projeto “Nova Vida” para os sem-abrigo com o Centro Paroquial de São Jorge de Arroios.-----  
----- No banco de emergência social tinham sido atendidas 29 pessoas ao longo do ano, novos utentes.-----  
----- Se quisessem podia passar toda essa informação, como tinha enviado em relação à Comissão Social de Freguesia. Não tinha nada a esconder. -----  
----- Informou ainda que o “Intervir Para o Futuro” era até ao 9º ano e gratuito para jovens carenciados. -----  
----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau**, em relação ao Plano de Atividades, começou por agradecer as propostas dos partidos. Tinha estado reunido com o Membro Nuno Vitoriano e havia propostas muito interessantes, que podiam não estar completamente transcritas no Plano de Atividades mas que seriam tidas em conta.-----  
----- Referiu que comércio e turismo podiam ser coisas diferentes mas estavam relacionadas, porque o comércio também atraía turistas e o turismo fomentava o comércio.-----  
----- Relativamente às explicações teriam que pensar, até porque as escolas já facilitavam aulas de apoio.-----  
----- Quanto à semana gastronómica, era uma boa ideia para complementar outras ações já existentes. -----  
----- As propostas do PCP eram de uma dimensão muito macro e de decisão política, que faziam todo o sentido. Na Informação Escrita eram muitas vezes referidas as reuniões que aconteciam, quer com o Metro, quer sobre a esquadra da PSP, quer com outras entidades.-----  
----- Relativamente ao pólo cultural de Arroios, estava pensada a criação de gabinetes artísticos que se podiam interligar também com a questão do turismo, uma vez que o Mercado do Forno Tijolo era um local de passagem e podiam transformar numa rota, construindo um programa para esse pólo cultural. -----  
----- Quanto aos concursos, alguns deles tinham sido publicitados num portal eletrónico de obras públicas. Depois tinham os processos normais, desde o envio do anexo 1, que era a aceitação do caderno de encargos, a proposta, depois os documentos de habilitação da entidade escolhida e todos eles ficavam registados para consulta de outros concorrentes.-----  
----- Em relação ao impacto das revistas e jornais, em termos de comunicação se calhar era mais abrangente e Arroios tinha sido bastante divulgado. O meio mais mediático era a televisão e tinham estado presentes em alguns canais generalistas. Era tempo de presença, que se podia medir em dinheiro. Uns meses antes fizera-se um estudo e pelo tempo de presença já ultrapassaria um milhão de euros. -----  
----- Quanto ao CDS, o fundo de emergência social da Freguesia proposto rondava os 60 mil euros, um valor médio de 215 euros por agregado familiar daria cerca de 280

agregados familiares. A Junta não deixava de ajudar ninguém e era verdade que no presente Plano não estaria considerado, mas no futuro não se fecharia a porta. -----

----- Perguntou ao Senhor Júlio Sequeira, quanto ao gasto obscuro, se não tinha memória de quando pertencera a um Executivo da Junta dos Anjos. Era verdade que não se podia comparar, eram dimensões diferentes, mas era uma decisão política e tinham decidido investir em publicidade, com 5,4% do orçamento em publicidade. Estava a apresentar 4,5% que poderiam ser reduzidos, porque estavam também a estimar receita. Portanto, cada um defendia a sua estratégia, basicamente era isso e não valia a pena entrar noutras questões. -----

----- **Membro João Grave (PSD)** esclareceu que a Junta de Freguesia dos Anjos, a que tivera a honra de presidir, tinha de facto apoiado as exposições dos porquinhos da Índia. Daí até à Junta de Freguesia dos Anjos ter celebrado “dias do porquinho”, isso nunca acontecera. A autarquia não tinha celebrado dias de qualquer animal e isso fazia toda a diferença, porque a autarquia celebrar o dia de um animal e não de outro depois levantava essas questões. -----

----- Era completamente diferente ceder uma sala para que alguém pudesse fazer uma exposição. Em todo o caso, não era uma questão de ideologia, era apenas uma questão de que havia um freguês interessado. Acerca da ideologia os vogais do PCP, com cuja colaboração tivera a honra de contar ao longo dos anos, esclareceriam certamente melhor. -----

----- Em relação aos vínculos contratuais, também não era uma questão de ideologia. O que se tinha passado era que as atuais competências próprias tinham sido ao longo delegadas ou não, mais ou menos, com uma dotação financeira ou outra, feita na Junta de Freguesia pela Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Não faria muito sentido fazer contratações para um quadro em que não se sabia qual era o período de vigência. Os protocolos cessavam por natureza no final do mandato e nalguns casos chegaram a cessar antes do final do mandato. Portanto, o novo paradigma que era referido derivava das novas circunstâncias, das competências mais definidas. -----

----- Também nesse aspeto tinha defendido a revisão administrativa de Lisboa, que não era igual à do resto do País. A de Lisboa não tinha sido só feita pelo Governo, nascera da área do Município e não da Assembleia da República. -----

----- Quanto à publicidade e divulgação, não queria ir para as percentagens mas se queriam ir para as percentagens estavam a admitir que o Governo Português legitimamente tomara a opção de poder gastar qualquer coisa como 9 mil milhões de euros, o que também era 5% do Orçamento Geral do Estado e o que parecia a qualquer um como uma coisa criminosa. Portanto, não podiam ver as coisas em termos percentuais. -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** disse que de certeza o Vogal Rui Cordeiro não conhecia todas as colónias, mas ficava feliz que conhecesse algumas. Com um membro do PAN no Executivo conseguia dormir mais descansada. -----

----- Agradecia todas as explicações que lhe eram dadas sobre lâmpadas de baixo consumo, os porquinhos que não eram da Índia, mas respostas ao que tinha perguntado era muito pouco. Propostas apresentadas, propostas aceites, quanto iriam custar, isso não respondia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Plano de Atividades para 2016**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor de PS (9), BE (1) e PAN (1), 6 votos contra de PSD (5) e CDS-PP (1) e 2 abstenções de PCP. -----

----- **Ponto 7 – Análise, discussão e votação do Orçamento para 2016;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, respondendo a um aparte, disse que continuava a ser por ordem de inscrição e não fazia sentido que fosse de outra forma. A Assembleia da República e a Assembleia Municipal eram órgãos diferentes da Assembleia de Freguesia e aí não se pedia palavra pela representação, até porque saltava e falavam intercaladamente.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** referiu que nenhum Membro da Assembleia estava proibido de falar.-----

----- Passando à análise do Orçamento, tinha alguns considerandos a fazer. Verificava-se, perante os dados que foram fornecidos, que a rubrica de pessoal em regime de tarefa ou avença representava mais de 1.012.000 euros. Era cerca de mais 92% do que em 2015 e cerca de 174% das remunerações do pessoal do quadro e estava só a falar em remunerações base. Era um montante bastante elevado. O Orçamento era de cerca de 5 milhões e 1 milhão era para pessoal em regime de tarefa ou avença.-----

----- Citava a Vogal Ana Santos, que em setembro de 2015, na página 281 dessa ata, dizia que em 1 de outubro não iriam ter nenhum contratado de inserção. No entanto, verificava-se uma rubrica para contratos de inserção no valor de 8550 euros.-----

----- Havia alguns montantes que, pelo seu valor, levavam a pôr algumas questões:-----

----- Rubrica 02.02.14.01, “apoio jurídico” – 28867 euros. Aí devia dizer que, ao analisar o Orçamento, tinha havido um lapso por parte do PCP, porque o primeiro Orçamento estava dividido por áreas e no seguinte, para além disso, havia um agregado. Obrigara a fazer um excel e tinha havido um erro numa célula. Dava uma verba exorbitante para apoio jurídico, mais de 300 mil euros, o que era errado, e enviara-se um mail e explicar que tinha sido um lapso.-----

----- Sabia-se que nesse apoio jurídico estava um valor de cerca de 6 mil euros relativo à ação social, para apoio aos moradores, o restante era para administração autárquica.-----

----- Rubrica 02.02.14.05, “consultadoria e marketing” – 39529 euros;-----

----- Rubrica 02.02.14.06, “projetos” – 66990 euros. Nesse valor incluía-se um gabinete empreendedor, no valor de 36900 euros. Gostaria de ser esclarecida sobre isso e qual a finalidade;-----

----- Rubrica 02.02.17.01, “publicidade” – 54206 euros. Também gostaria de ser esclarecida sobre a razão desse valor;-----

----- Rubrica 02.02.20, “outros trabalhos a especificar” – 401250 euros. Nesse valor estava incluído um projeto que seria feito pelo Instituto Superior Técnico no valor de 10 mil euros, que já se tinha falado e que tinha a ver com um recenseamento à população para uma análise. Não sabia qual era o contributo que isso tinha e os benefícios para a Freguesia;-----

----- Depois os “serviços técnicos especializados”, num montante de 221310 euros e uma rubrica para “outros” no valor de 82450 euros. Já em anteriores Orçamentos o PCP focara esse assunto. Era dito que tinha a ver com algumas contas que não tinham à partida uma classificação e atiravam-se para “outros”, só que os montantes eram extremamente elevados.-----

----- Rubrica 07.01.08, “software” – 114146 euros. Verificava-se que 63 mil euros eram na renovação de software só para a parte da administração;-----

----- Rubrica 07.01.15, “outros investimentos” – 19760 euros. Aí incluía-se um sistema BI estatística – visitantes dos mercados no valor de 14760. Já tinham falado disso e, segundo o que ouvira, pretendia-se saber qual o tipo de visitantes dos mercados para depois se poder atuar. A questão que punha era qual o interesse, atuar como e porquê e se para isso seria necessário gastar 14760 euros;-----

----- Rubrica 07.01.10.02.02, “outros”. Essa rubrica era interessante porque aparecia no Orçamento definitivo num valor de 106 mil euros e no anterior facultado para análise

não constava. Estavam 150 mil euros nos benefícios da piscina, que entretanto ficaram 50 mil euros e passaram-se 100 mil para essa rubrica “outros”. Perguntou onde estariam a pensar utilizar esses 100 mil euros.-----

----- Disse que aproveitava para colocar outra questão, porque não tinha visto o PPI para ser aprovado em separado.-----

----- **Membro Nuno Vitoriano (PSD)** disse que uma democracia representativa era representativa até porque usava o método de Hondt. Por exemplo na Assembleia da República o PSD elegera 89 Deputados e o PS 86 e por isso o PSD era o primeiro a falar nos debates. Era essa metodologia que devia ser usada em todas as reuniões da Assembleia, não era a inscrição por braço no ar. Era natural que a Senhora Presidente da Assembleia visse primeiro as pessoas que estavam mais à frente.-----

----- Em relação à proposta orçamental de 2016, verificava-se a insistência da Junta de Freguesia de Arroios em gastos com comunicação, imagem e marketing. Na rubrica 01.02, respeitante a essa função, verificava-se um total de despesa de 223 mil euros, dos quais cerca de 112 mil afetos a recursos humanos, 29 mil em consultadoria, marketing e comunicação, 21 mil destinados ao jornal, 24,4 mil para a revista e 28,5 mil para outros trabalhos não especializados.-----

----- Essa verba de quase 225 mil euros constituía cerca de 5% do total do Orçamento anual, o que parecia claramente um exagero, embora a Junta de Freguesia a considerasse como um investimento. Estavam a falar de 900 euros por dia, num total de 255 dias úteis, em investimento em marketing e publicidade. Parecia claramente um exagero. ---

----- Na rubrica 02.05, “cultura”, a verba destinada a pessoal em regime de tarefa e avença era quase de 30 mil euros. Pessoal em funções efetivas originava uma despesa em remunerações de 40 mil euros. -----

----- Já na rubrica “desporto”, o valor elevado de 160 mil euros em pessoal em regime de tarefa e avença parecia ter a ver com monitores de natação, mas igualmente com outros serviços que gostaria de ver esclarecidos. -----

----- A rubrica 03.02, “licenciamento”, registava um valor elevado no pessoal em regime de tarefa e avença quando existia pessoal no quadro.-----

----- Na rubrica do espaço público, o valor que ascendia a quase 175 mil euros em serviços técnicos especializados não referia quais eram e a maior parte do pessoal afeto a essa rubrica encontrava-se em regime de prestação de serviços, afetando uma verba de 70 mil euros. -----

----- Nessa rubrica verificava-se ainda um valor elevado para aplicação de herbicida e, embora já tivesse sido referido pelo Vogal, gostaria de saber qual a utilização desse herbicida. -----

----- Nos “parques e jardins” o valor de 150 mil euros, que estava em crer que fosse para a manutenção dos mesmos e nomeadamente os espaços verdes. -----

----- Registava ainda um valor elevadíssimo para software, 114 mil euros, e gostaria de saber a que se destinava esse software. -----

----- Em suma, as prestações de serviços transversais a todas as rubricas de classificação económica ascendiam a mais de um milhão de euros. Provavelmente seriam muitos falsos recibos verdes, num total de 20,3% do Orçamento da Freguesia. Perguntou se era essa mudança de paradigma que o Executivo queria para o Orçamento de 2016. Cerca de 2,24 milhões de euros eram gastos em pessoal, 45% do total do orçamento da despesa que era de 5 milhões de euros. -----

----- Portanto, a proposta feita na despesa da Junta de Freguesia em cerca de 70 mil euros, apresentando a substituição por outras atividades, constituía apenas cerca de 1% do Orçamento e afigurava-se eventualmente realizável. -----

----- O não acolhimento das propostas do PSD conduzia ao voto contra o Orçamento de 2016. -----

----- **A Secretária da Junta, Ana Santos**, confirmou aquilo que tinha dito na anterior reunião. Os contratos CEI tinham terminado em setembro de 2015, contudo nessa altura já estava a decorrer desde julho um projeto com o IEFP e em setembro as pessoas foram embora. Falara com elas todas a 22 de setembro, a agradecer a colaboração e tranquilamente cessaram. -----

----- Acontecera que no mês de outubro o IEFP voltava a contactar a Junta, apresentando candidatos para três áreas: para a biblioteca, para a parte administrativa e para a limpeza.

----- Tinha ficado muito surpreendida ao apresentarem os candidatos, mas no respeito pelas pessoas tinham-nas entrevistado, percebendo que uma grande parte não estava interessada mas quatro pessoas queriam mesmo, porque a auto-estima estava muito em baixo e as pessoas queriam mesmo desenvolver atividades. Como via esses contratos inserção como uma forma de fomentar as competências das pessoas e dar-lhes a possibilidade de conviverem em ambiente laboral, entendera-se equacionar essa hipótese. -----

----- Havia quatro pessoas, duas em apoio administrativo e duas na área da limpeza, onde estavam muito à vontade porque a limpeza estava toda afeta a empresas. Só havia duas pessoas, uma que estava no mercado e outra no geral, para qualquer situação de emergência, mas era mesmo um reforço. -----

----- Considerava a forma como esses contratos nasceram não como empregos, mas como oportunidades para as pessoas não caírem no isolamento, até na depressão e talvez na marginalização e desmotivação. Era sempre isso que tinha presidido aos contratos, mas dessa vez ainda fora mais pela premência que as pessoas colocavam. -----

----- Não se achara necessário para a biblioteca, até porque nas pessoas que apareceram podia referir uma antiga diretora do BPI e não iam contratar uma pessoa com um contrato inserção quando acabara de rescindir com o BPI onde tinha um vencimento na ordem dos 6 mil euros, apesar de estar disposta a colaborar. -----

----- Os contratos tinham começado a 16 de novembro e iriam manter-se até novembro de 2016. A partir daí era garantidamente para terminar. -----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau**, referiu que havia um documento anexo com notas explicativas. -----

----- Esclareceu que o apoio jurídico incluía o apoio à população, sendo que a maior parte era apoio jurídico aos serviços da Junta. -----

----- O gabinete do empreendedor era um projeto do ponto de vista social e económico, que pretendia trabalhar por exemplo junto dos desempregados de longa duração, ou jovens que criassem a sua própria atividade. Eram apoiados em todas as fases, desde a elaboração do plano de negócios. -----

----- Havia fundos comunitários disponíveis e as pessoas não conheciam os prazos para se candidatarem, era preciso preencher formulários extensos. Existia também o microcrédito, que funcionava apesar dos bancos terem fechado grande parte do financiamento. Os bancos pediam uma estimativa de *cash flow* e era necessário fazer esse tipo de estimativas, preparar os processos. -----

----- A ideia era acompanhar as pessoas, incluindo as pessoas com muito tempo numa situação precária de desemprego e que já nem recebiam subsídio de desemprego. Era puxá-las para a vida ativa, até porque havia pessoas muito válidas, algumas com idade para poderem voltar com o seu próprio projeto. -----

----- Também aconteciam várias ações de formação junto das pessoas desempregadas. -

----- Relativamente ao novo sistema de gestão, cada uma das três Juntas tinha um sistema de gestão mas havia novas necessidades e na altura fizera-se uma consulta ao

mercado, optando-se por um sistema que funcionava através da *cloud*. Isso permitia que as pessoas em diferentes pontos conseguissem aceder ao sistema, enquanto o outro estava no servidor, implicava uma estrutura de redes mais complexa para que cada pessoa pudesse aceder. -----

----- Optara-se por esse sistema, que era complexo e envolvia muita parametrização, estando sempre dependentes da empresa que licenciava o sistema. Consultara-se novamente o mercado e falara-se com a Associação de Informática da Região Centro que era constituída pelos vários municípios da região centro, que a partir dos anos oitenta foram sentindo necessidades nas novas tecnologias e criaram essa empresa municipal para desenvolver software que estava presente em muitos municípios e juntas de freguesia. -----

----- O valor no primeiro ano incluía a implementação do sistema, que era o valor mais caro, mais de 40 mil euros, migrar todos os dados de um sistema para outro, preparar o sistema, parametrizar, dar formação. No segundo ano esse valor já não existiria, existindo apenas o valor da licença idêntico ao que estavam atualmente a pagar. -----

----- A questão da internet e intranet estava associada ao sistema implementado e a empresa oferecera o desenvolvimento dessas duas áreas em troca da subscrição da licença do seu software. Acontecia que a Junta nunca tinha pago pelo serviço e assim era sempre muito difícil ter um compromisso. Estavam muito longe do que pretendiam por exemplo na internet, a disponibilizar serviços onde as pessoas pudessem pagar, a questão do licenciamento, as aulas da piscina. Também a questão da intranet como ferramenta de trabalho interno, partilha de documentos e uma série de outras funcionalidades que nunca chegaram a existir. O que existia era uma distribuição de contactos. -----

----- Quanto ao sistema de BI estatístico dos mercados, sabia-se que os mercados melhoraram a afluência, porque isso refletia-se nas taxas cobradas, nas lojas arrendadas quase na totalidade, mas não se sabia mais. Não se sabia quantas pessoas visitavam os mercados, deduzia-se que fosse mais ao sábado mas durante a semana não se sabia. Havia uma série de perguntas que precisavam de ser respondidas, até para questões básicas como ajustar ou não o horário dos mercados, adaptando-se à nova procura que tinham. Sem informação era muito difícil tomar decisões. -----

-----Relativamente aos outros investimentos, o valor de 150 mil estava no PPI. Na piscina havia valores que iriam transitar para 2016, porque ia ser feita a fiscalização da obra, assinados os autos de finalização e pagamento ao fornecedor. -----

----- A questão dos “outros” estava também no PPI, estavam a falar do ar condicionado, do aquecimento, o sistema a vácuo da piscina que não tinha e passaria a ter. Quase a totalidade do valor era transitado para o ano 2016. -----

----- Explicou que no PPI havia duas rubricas no investimento em relação ao desporto. Havia as obras de beneficiação da piscina como a cobertura, balneários, sistema de iluminação, telas do fundo da piscina, novas janelas, esse tipo de coisas. O ar condicionado da piscina era considerado equipamento básico e, portanto, estava aí com um valor de 100 mil. Daí a diferença face ao documento enviado inicialmente, estavam em rubricas diferentes porque eram investimentos diferentes. -----

----- Referiu que o pessoal representava sempre a maior parte da despesa, eram 45%. Não tinha conhecimento de outras Juntas e não sabia se ultrapassavam 50% ou não. A Junta de Arroios tinha reforçado muitas equipas porque era necessário e, portanto, era natural que o pessoal em regime de tarefa ou avença estivesse em grande maioria. Não havia outra forma de contratação. -----

----- Na questão do licenciamento havia pessoas do quadro que tinham transitado da CML e pessoas em regime de tarefa ou avença por uma necessidade de reforçar a equipa

para estarem na rua a fiscalizar. Algumas pessoas faziam trabalho de análise jurídica e administrativa e havia pessoas que estavam na rua a fiscalizar os espaços não licenciados.-----

----- Disse que nos jardins da Freguesia, ao apresentar o caderno de encargos em dois lotes e seguindo um pouco a metodologia da CML, apareceram cinco propostas e a mais barata era de 144 mil euros mais IVA. Eram diversos espaços e esse serviço era caro.--

----- Quanto ao herbicida, a legislação era muito apertada, desde o armazenamento até à sua aplicação, e a Junta não tinha recursos técnicos nem espaço que cumprisse a legislação para poder aplicar esse herbicida. Portanto, tinha que contratar.-----

----- Referiu que as notas explicativas tinham vários números, várias percentagens. As percentagens eram importantes porque os números relativos permitiam comparar realidades diferentes. -----

----- **Membro Júlio Sequeira (CDS-PP)** disse que a Senhora Presidente lhe tinha chamado malcriado porque se rira ao ser apresentado um projeto extinguido pela atual Junta em relação à precedente dos Anjos e sob fortes críticas. Portanto, era gargalhada por causa dessa ironia, não tinha nada de malcriado. -----

----- A Senhora Presidente também o tinha referido como desagradável e aí não discordava, mas não estava sozinho, tinham sido sempre desagradáveis um com o outro. No entanto, havia uma ligeira diferença, porque era desagradável na Assembleia a olhar para a Senhora Presidente, enquanto que a Senhora Presidente era desagradável nas suas costas, inclusivé recorrendo a vernáculo e outras coisas. -----

----- Também tentara condicionar a liberdade de expressão, de se poder exprimir ali dentro falando com pessoas do seu partido, mas era aí que a Senhora Presidente devia ter ouvido as gargalhadas. -----

----- **Membro Nuno Vitoriano (PSD)** perguntou ao Executivo se as pessoas que estavam na fiscalização, no licenciamento da Junta, se estavam a tempo inteiro e se recebiam ordens do Executivo. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que podia estar errada, mas parecia-lhe que o PPI teria que ser também votado. Como não havia nenhum ponto especificado, talvez a solução fosse especificar “votação do Orçamento e PPI”. Não sendo um ponto da ordem de trabalhos, votar os dois mas referindo isso. -----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau,** disse que o que se votava era a receita e a despesa e, portanto, tecnicamente era assim. Era uma questão técnica e legal.-----

----- Relativamente à fiscalização, as pessoas estavam a tempo inteiro e eram geridas diretamente pela Junta. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Orçamento para 2016 e Plano Plurianual de Investimentos**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a 10 favor de PS (9) e PAN (1), 6 votos contra de PSD (5) e CDS-PP (1) e 3 abstenções de PCP (2) e BE (1).

----- **Ponto 8 – Análise, discussão e votação do Regulamento do Orçamento Participativo 2016;** -----

----- **A Secretária da Junta, Ana Santos,** referiu que nesse ponto não haveria muita coisa a dizer. A última versão tinha sido enviada aos Membros da Assembleia representados na Comissão de Acompanhamento, a única pessoa a fazê-lo fora a Membro Fernanda Lacerda e esses contributos foram incorporados no regulamento. Portanto, só tinha mais era que ouvir a opinião e de seguida passarem à aprovação.-----

----- O trabalho feito respondia ao projeto do próximo ano, de 2016, em que teriam algumas coisas novas e nomeadamente a possibilidade de votar online. -----

----- Quanto ao resto, quem não se tinha pronunciado teria agora que tomar uma iniciativa de voto. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que não sabia ter sido o PCP o único a dar contributos, mas verificava que grande parte de tudo aquilo que apresentara tinha sido aceite pelo Executivo. No entanto, tinha algumas coisas a referir no regulamento. -

----- O regulamento fazia logo no início referência a “Regulamento de funcionamento do Orçamento Participativo da Junta de Freguesia de Arroios” e depois tinha a data de 2016. A base principal de contributo do PCP para esse regulamento era que deveria ser para sempre, intemporal, porque não tinha razão de ser o haver um regulamento todos os anos na Assembleia de Freguesia para discussão e aprovação. -----

----- No artigo 1º tinha-se proposto que em vez de “cidadãos eleitores” passasse a algo mais abrangente, isso para ser congruente com aquilo que se pretendia no regulamento, que quem podia propor e votar eram todos os cidadãos. Eleitores não estava muito bem e passava para recenseados, mas gostaria de abranger isso para os moradores da Freguesia. Os moradores podiam não estar recenseados, podia haver pessoas que moravam mas estavam recenseadas noutros locais por diversas razões e havia também os comerciantes, todas as pessoas que tinham interesse no que acontecia na Freguesia. -----

----- Tinha havido o cuidado quando se tentara chamar os alunos do espaço escolar. Sabia-se que, por exemplo, no Liceu Camões havia muitos alunos que não eram da Freguesia, mas pretendia-se isso exatamente para que essas pessoas tivessem uma participação na Freguesia. -----

----- Depois verificava-se no artigo 1º que as propostas só poderiam ser para os cidadãos, tendo passado de eleitores para recenseados. Devia ser muito mais abrangente e o PCP na proposta falava nisso. -----

----- No artigo 6º número 2 não se tinham retirado as palavras “se possível no território”. Isso era incongruente com aquilo que se dizia, que os projetos eram de interesse para a Freguesia. Eles não podiam ser para outro local e, portanto, essas palavras não tinham sentido e deviam ser retiradas. -----

----- A questão mais premente era o artigo 7º, que tinha a ver com o valor global da proposta não ultrapassar os cinco mil euros. Era um problema que o PCP colocava na altura, ao apreciar as propostas, como seria se ultrapassasse um pouco os cinco mil, se não se fazia o projeto. -----

----- Depois havia outra coisa, na Comissão de Acompanhamento não eram técnicos, não sabiam analisar custos. O que analisavam era se os projetos estavam dentro das regras, se cumpriam o regulamento e se eram de interesse para a Freguesia. -----

----- A proposta era que não houvesse um limite, a Comissão de Acompanhamento analisava os projetos, se estavam dentro das regras do regulamento, se eram de interesse para a Freguesia, eram postos à votação e iriam sucessivamente até esgotar o orçamento no total. -----

----- Tinha sido orçamentada para 2016 uma verba de 70 mil, mais os 45 dava os 115 mil que lá estavam. Esses 70 mil davam 14 projetos e a pergunta que fazia era o que seria melhor, se a qualidade ou a quantidade. Tinha conhecimento por exemplo da Freguesia do Beato, em que havia apenas dois projetos à votação dos fregueses. Era por isso que o PCP falava na questão de não haver um limite máximo e voltava a falar no assunto. ----

----- No artigo 9º voltava a falar em “cidadãos eleitores” e aí não tinha sido alterado para recenseados. Ou passava a ser cidadãos recenseados, ou passava a ser aquilo que entendia ser mais abrangente. -----

----- No número 3 desse artigo dizia-se que “a votação dos projetos será feita presencialmente na sede e polos de atendimento da Junta de Freguesia, online através do site”. Seria bom que pensassem numa forma de controlar a votação através do site, para ser permitido votar uma única vez. -----



----- No número 5 dizia que “cada cidadão poderá votar uma única vez” e alterava para “só é permitido votar uma única vez até três projetos”. -----

----- No número 6, “a votação irá decorrer”, alteraria para “ a votação decorre de 25 de junho a 30 de agosto”. -----

----- **Membro João Grave (PSD)** disse que a intervenção anterior lhe suscitava a questão de como a Junta iria comprovar se o cidadão era ou não morador, ou como ele iria conseguir demonstrar isso online. -----

----- Não podiam prejudicar o rigor e a transparência pela abrangência. Embora concordasse que a abrangência seria ótima e os comerciantes seriam certamente detentores de várias opiniões sobre a Freguesia, mas parecia-lhe que num processo online seria difícil e do ponto de vista técnico iria onerar o processo. -----

----- **A Secretária da Junta, Ana Santos**, disse que seriam incorporadas as alterações referidas pela Membro Fernanda Lacerda. -----

----- Em relação ao que dissera o Membro João Grave, havia uma pré inscrição, era dado um número e só a partir daí era possível a pessoa aceder online. -----

----- **O Vogal da Junta, Fernando Ricardo**, disse ao Membro João Grave que também tinha tido essa curiosidade e colocara essa questão aos serviços, que garantiram haver uma cautela relativamente a esse aspeto através de um processo de pré registo. A pessoa identificava-se e na sequência dessa identificação recebia uma palavra chave que lhe permitia depois exercer esse direito, confirmando-se que a pessoa estava recenseada. --

----- Concordava com as alterações referidas pelo Membro Fernanda Lacerda. Onde estava “cidadãos recenseados” devia estar “cidadãos recenseados, moradores ou comerciantes”. Parecia-lhe que isso iria ao encontro das pretensões. -----

----- Seria substituída a expressão “cidadãos eleitores” por “cidadãos recenseados, moradores ou comerciantes da Freguesia”. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Continuando, sugeriu que a Assembleia de Freguesia apresentasse uma proposta de alteração ao regulamento. -----

----- Relativamente ao valor, a ideia era que não houvesse a concentração do Orçamento Participativo em dois ou três projetos. Normalmente era para pessoas mais informadas, mais diligentes, mas a ideia era também convidar a população que poderia não ter tendência para participar nessas atividades mais cívicas e alargar a iniciativa a um maior número de participantes. Concentrar todo o orçamento disponível para o efeito em dois ou três projetos era algo que não ia ao encontro dessa pretensão. -----

----- A Assembleia de Freguesia era soberana e iria decidir, nomeadamente sob proposta dos eleitos do PCP, mas o ideal seria aumentar um pouco o teto e não ao ponto de não haver teto. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que muitas vezes se aceitavam propostas feitas pelas pessoas e elas eram analisadas. Se fossem propostas importantes e que tivessem outros valores, analisavam no Executivo e sendo boa aceitavam com certeza.

----- **O Primeiro Secretário da Mesa** disse que, segundo entendera das sugestões do Membro Fernanda Lacerda, mudava-se a expressão “cidadãos eleitores” para “cidadãos recenseados” e retirava-se a data;-----

----- Depois, retirar a expressão “cidadãos eleitores” e passar a ser “cidadãos recenseados, os moradores e os comerciantes”; -----

----- No artigo 6º número 2, retirar o “se possível”; -----

----- No artigo 9º número 5, em vez da expressão “cada cidadão poderá votar uma única vez” passava-se a dizer “cada cidadão só pode votar uma vez”;-----

----- No artigo 9º número 6, em vez de “a votação irá decorrer” ficava “a votação decorre”;-----

----- A terminologia utilizada no artigo 1º seria a mesma utilizada no artigo 9º. -----  
----- Segundo entendera, o Executivo mantinha a proposta do teto limite de 5 mil euros. Era a única questão que estava em aberto. -----  
----- **O Vogal da Junta, Fernando Ricardo**, disse que podiam flexibilizar, utilizando uma expressão que permitisse acomodar alguma flexibilidade. Podiam falar em não ultrapassar tendencialmente os 5 mil euros, a não ser em casos muito excepcionais. Seria algo desse género, não fechando totalmente a porta mas mantendo sempre a referência dos 5 mil euros, porque a ideia era que houvesse muitos projetos a envolver um maior número de pessoas. -----  
----- Afirmou que o Executivo estava sempre disponível para acomodar as alterações que fossem ditadas pelas circunstâncias, pela própria realidade.-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Regulamento do Orçamento Participativo com as alterações introduzidas**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 18 votos a favor de PS (9), PSD (4), PCP (2), BE (1), CDS-PP (1) e PAN (1) e 1 abstenção do PSD. -----  
----- **Ponto 9 – Análise, discussão e votação do mapa de pessoal para 2016;** -----  
----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** perguntou se os postos de trabalho vagos seriam ocupados por trabalhadores em situação precária, por transferência da prestação de serviços e avença para o quadro. -----  
----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que lhe faltara referir uma coisa na discussão do Plano de Atividades, pelo que aproveitava para o fazer. Era congratularem-se pelo facto de estar aberta a contratação de pessoal para integrar os quadros da Junta de Freguesia. Em vários momentos, ao analisar os mapas de pessoal, via-se a existência de lugares vazios e por outro lado pessoas com contratos de trabalho precários, contratos de trabalho a falsos recibos verdes e contratos de emprego inserção. -----  
----- Era com muita alegria que verificava que os contratos emprego inserção seriam eliminados na Junta de Freguesia, desejando que a contratação fosse um início de caminho em que a precariedade deixasse de existir na Junta de Freguesia. -----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Mapa de Pessoal para 2016**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor de PS (9), PCP (2), BE (1) e PAN (1) e 6 abstenções de PSD (5) e CDS-PP (1). -----  
----- **Ponto 10 – Análise, discussão e votação de protocolos de cooperação;**-----  
----- **Membro Nuno Vitoriano (PSD)** disse que tinham uma série de protocolos para discutir e aprovar e queria saber se eram discutidos um a um ou em pacote. -----  
----- Depois havia duas situações distintas na análise da proposta. A primeira não era o grupo do PSD que dizia mas sim a Lei 75/2013, que a competência para autorizar a celebração desses protocolos era da Assembleia de Freguesia de Arroios. Não era da Junta e, portanto, os protocolos tinham que ir obrigatoriamente à Assembleia de Freguesia. -----  
----- A segunda questão era a existência de protocolos assinados pela Junta mais de um ano e meio antes e, portanto, tinha dúvidas sobre a legalidade desses protocolos. A Junta de Freguesia devia pedir um parecer a uma entidade competente sobre essa matéria. ---  
----- Disse que esse ponto da ordem de trabalhos devia ser retirado.-----  
----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que tinha ficado um pouco baralhada, porque da leitura da proposta não parecia que ela fosse para aprovação dos protocolos. O que estavam a pedir à Assembleia era uma transferência de competências para futuros protocolos de cooperação e não para aprovar aqueles protocolos.-----  
----- Fez a seguinte declaração: -----

----- “O ponto 10 da ordem de trabalhos refere a análise, discussão e votação de protocolos de cooperação. No entanto, o que é apresentado é uma proposta de deliberação para autorizar a Junta à celebração de protocolos sem os colocar à apreciação deliberativa da Assembleia.-----

----- A proposta não é acompanhada de nenhuma fundamentação jurídica.-----

----- A Lei 75/2013 de 12 de setembro, na alínea i) do número 1 do artigo 9º, que é da competência da Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta, autorizar a celebração de protocolos com instituições públicas, particulares e cooperativas, que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da Freguesia designada, quando os equipamentos envolvidos sejam propriedade da Freguesia e isso salvaguarda a sua utilização pela comunidade local. -----

----- Também nas alíneas m) e n) do número 1 do artigo 16º, está expresso que: -----

----- alínea m) – “É da competência da Junta de Freguesia discutir e preparar com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da Freguesia, protocolos de colaboração, designadamente quando os respetivos equipamentos sejam propriedade da Freguesia e se salvegarde a sua utilização pela comunidade local”; -----

----- alínea n): - “Submeter à Assembleia de Freguesia, para efeitos de autorização, proposta de celebração dos protocolos de colaboração referidos na alínea anterior.” ----

----- Ora, a Lei não prevê que as competências da Assembleia de Freguesia sejam delegáveis na Junta de Freguesia.-----

----- Sendo a proposta apresentada como uma delegação de competências, embora não estejamos contra os protocolos apresentados em anexo, consideramos que sendo a proposta uma clara violação da Lei, recomendamos que o Executivo a retire ou que apresente uma fundamentação jurídica. -----

----- Se a mantiver, iremos votar contra.” -----

----- **Membro Vitor Carvalho (PS)**, em nome da bancada do PS, pediu ao Executivo que retirasse esse ponto da ordem de trabalhos, uma vez que parecia ser uma competência exclusiva da Assembleia de Freguesia a aprovação desse tipo de protocolos. -----

----- **O Vogal da Junta, Fernando Ricardo**, referiu que de facto teria sido um lapso do Executivo na redação da proposta, porque era evidente tratar-se de uma competência exclusiva da Assembleia a aprovação desses protocolos. -----

----- Seguindo a sugestão dos eleitos do PS, o Executivo retirava a proposta.-----

----- Relativamente a outro ponto que tinha sido referenciado, de que os protocolos já teriam produzido efeitos, disse que nenhum desses protocolos envolvera a transferência de recursos da Junta para qualquer outra entidade. Não havia assunção de compromissos financeiros.-----

----- **Membro João Grave (PSD)** referiu que nos Anjos o Executivo tinha levado uma proposta à Assembleia de Freguesia que não era essa mas também não era em absoluto completamente diferente. -----

----- Permitissem-lhe a desatualização em relação à legislação nova, ainda trabalhava com a 169, mas na altura o que se dizia era que a Assembleia de Freguesia devia ratificar os protocolos. Era preciso que o protocolo tivesse sido negociado, celebrado e depois sim era presente à apreciação da Assembleia.-----

----- Nesses termos, a Junta pedia para ser mandatada para poder celebrar esses protocolos, o que lhe parecia uma coisa diferente de deixar de os levar à Assembleia de Freguesia. -----

----- Mantinha-se a obrigação de ratificação da Assembleia, mas a Junta poderia celebrar os protocolos e ficava mandatada pela Assembleia para esse efeito.-----

----- **Ponto 11 – Análise, discussão e votação de donativos à Junta:** -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que essa proposta lhe parecia igual à outra, porque propunha-se que todos os donativos recebidos pela Freguesia, ao abrigo dos artigos 61 e 66 dos Estatutos Fiscais, que não compreendessem qualquer contrapartida financeira, obrigações pecuniárias ou comercial para a Freguesia, tivesse autorização implícita da Assembleia de Freguesia. -----

----- Também nesse ponto não estavam a aprovar donativos à Junta, mas sim uma delegação/alienação de competências, pelo que não havendo qualquer fundamentação jurídica o PCP votava contra, por considerar tratar-se de uma ilegalidade. Portanto, também deveria ser retirada.-----

----- **A Secretária da Junta, Ana Santos,** disse que acreditava no Membro Fernanda Lacerda, mas o que o Executivo propunha era dar sempre conhecimento. -----

----- Podia dar como exemplo uma oferta da Chiado Editora, 3 mil exemplares de livros para oferecer a famílias e crianças carenciadas. De acordo com o espartilho da situação, só se fosse no Natal de 2016.-----

----- Era apenas uma forma de obviar, não se estava a esconder nada. Tentavam ser mais pragmáticos para conseguir funcionar.-----

----- **Membro Nuno Vitoriano (PSD)** acrescentou que as declarações não faziam menção dos bens doados e perguntou se esses bens doados já tinham sido integrdos ou não no inventário da Junta de Freguesia. -----

----- **O Vogal da Junta, Fernando Ricardo,** disse que no respeitante à autorização implícita poderia ser questionável e, portanto, não se devia entender a proposta como proposta de transferência ou delegação de competências. As três doações que estavam enunciadas, a Assembleia tinha toda a competência para se pronunciar sobre elas e aprová-las ou ratificá-as e era isso que se solicitava. Pelos menos em relação a esses atos de doação em concreto, que a Assembleia se pronunciasse no sentido de aprovar ou não. Isso era da sua competência e não poderia deixar de o fazer porque estavam ali os elementos essenciais para o efeito. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que estavam a misturar as coisas. Na realidade a proposta não se referia aos donativos apresentados. -----

----- Tinha razão a Secretária da Junta, Ana Santos, quando dizia que a Lei podia ser um espartilho, mas era a Lei e podiam acontecer auditorias que seriam um problema para o Executivo se essas coisas não estivessem como devia ser. -----

----- **O Vogal da Junta, Fernando Ricardo,** disse que a Assembleia era soberana e podia considerar a proposta tal como estava formulada, podia alterá-la, podia aproveitá-la naquilo que entendesse. Era isso que se colocava à Assembleia, havia três atos de doação e que podiam perfeitamente ser aprovados pela Assembleia, não estava a ver qual seria o impedimento em relação a esse ato concreto. -----

----- **Membro João Grave (PSD)** disse que só podia ser deliberado o que estivesse na ordem de trabalhos mas a Senhora Presidente podia pôr à consideração da Assembleia a alteração da ordem de trabalhos por forma a integrar uma outra proposta. Porém, as propostas eram do Executivo e também havia que obviar a essa questão.-----

----- **O Vogal da Junta, Fernando Ricardo,** apresentou uma nova proposta, aproveitando parte daquela que estava inicialmente em cima da mesa, no sentido da Assembleia deliberar e eventualmente aprovar os três atos de doação em concreto. -----

----- **A Secretária da Junta, Ana Santos,** referiu que estavam em causa as seguintes doações: do Corte Inglés no valor de 198 euros em alimentos; da Sovena em azeite no valor de 1344 euros; CIAL, centro de línguas, em mobiliário. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **aceitação das três doações discriminadas,** tendo a Assembleia

deliberado **aprovar, por maioria**, com 18 votos a favor de PS (9), PSD (5), PCP (2), CDS-PP (1) e PAN (1) e 1 abstenção de BE. -----

----- **Ponto 12 – Análise, discussão e votação do cartão de crédito;** -----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau**, referiu que pouco depois do início da atividade da Junta tinha havido necessidade de registar alguns domínios da internet, as palavras, o logo. Isso só era possível fazer na internet e na internet não aceitavam transferências, pelo menos esses sites. Ainda se tentara o envio de um cheque internacional, que era caro mas também não fora aceite. A única hipótese era o cartão de crédito. -----

----- O parecer que tinham inicialmente era de que não seria preciso ir à Assembleia de Freguesia, começando-se a usar nessas compras relacionadas com o site. -----

----- Posteriormente criara-se um procedimento interno para comprar equipamentos em locais onde também não aceitavam cheques. Levar dinheiro, por vezes não era seguro e criara-se um procedimento de uma pessoa poder utilizar nessas aquisições. -----

----- Com o BIC pedia-se muitas vezes que, após a aquisição, fosse imediatamente feito o pagamento, para não ficar um crédito. -----

----- Levava-se à Assembleia porque o cartão de crédito era considerado um financiamento da Freguesia. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que um cartão de crédito não era mais do que um empréstimo e como tal tinha que ir à Assembleia de Freguesia. -----

----- Referiu que junto com a proposta estava uma lista de movimentos feitos com o cartão. A pergunta era quando tinha sido emitido e se não deveria ter ido à Assembleia para aprovação antes de ter sido utilizado. Já tinham dito que não fora esse o entendimento. -----

----- Outra questão era saber quem movimentava o cartão. Perguntou ainda se existia norma interna de procedimentos para a utilização do cartão de crédito e que controle era feito. -----

----- **Membro Nuno Vitoriano (PSD)** perguntou o que eram “despesas urgentes” para o Executivo, se seria compra de cadeiras, ou material de decoração do gabinete de psicologia. -----

----- Disse que o Executivo podia comprar coisas no hipermercado com cheque, bastava uma fatura pró-forma e pagar com um cheque visado. Era perfeitamente possível fazer isso e não havia necessidade de utilização do cartão de crédito. -----

----- Mais uma vez tinham um ato consumado, uma despesa de 7328,60 euros que devia ter sido previamente autorizada pela Assembleia de Freguesia. -----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau**, esclareceu que havia uma norma interna, um procedimento. Havia unicamente uma pessoa autorizada a usar o cartão, os extratos eram enviados e consultados, era feita a reconciliação bancária. -----

----- Disse que a questão da urgência era relativa, mas a questão da funcionalidade não era. O cheque visado tinha um custo. O cartão de crédito também mas as anuidades podiam ser gratuitas e, pagando dentro de um certo limite, não havia taxa de juro. -----

----- Também se equacionara um cartão de débito, mas no cartão de débito não era possível definir um limite. No cartão de crédito havia um limite definido. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Cartão de Crédito**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor de PS (9), PCP (2) e PAN (1), 3 votos contra de PSD e 4 abstenções de PSD (2), BE (1) e CDS-PP (1). -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião, era uma hora e quinze minutos do dia 16 de dezembro. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1°.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ 2°.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

----- O PRESIDENTE -----